

IGCP



Instituto de Gestão da Tesouraria
e do Crédito Público, I.P.

RELATÓRIO DE ACTIVIDADES

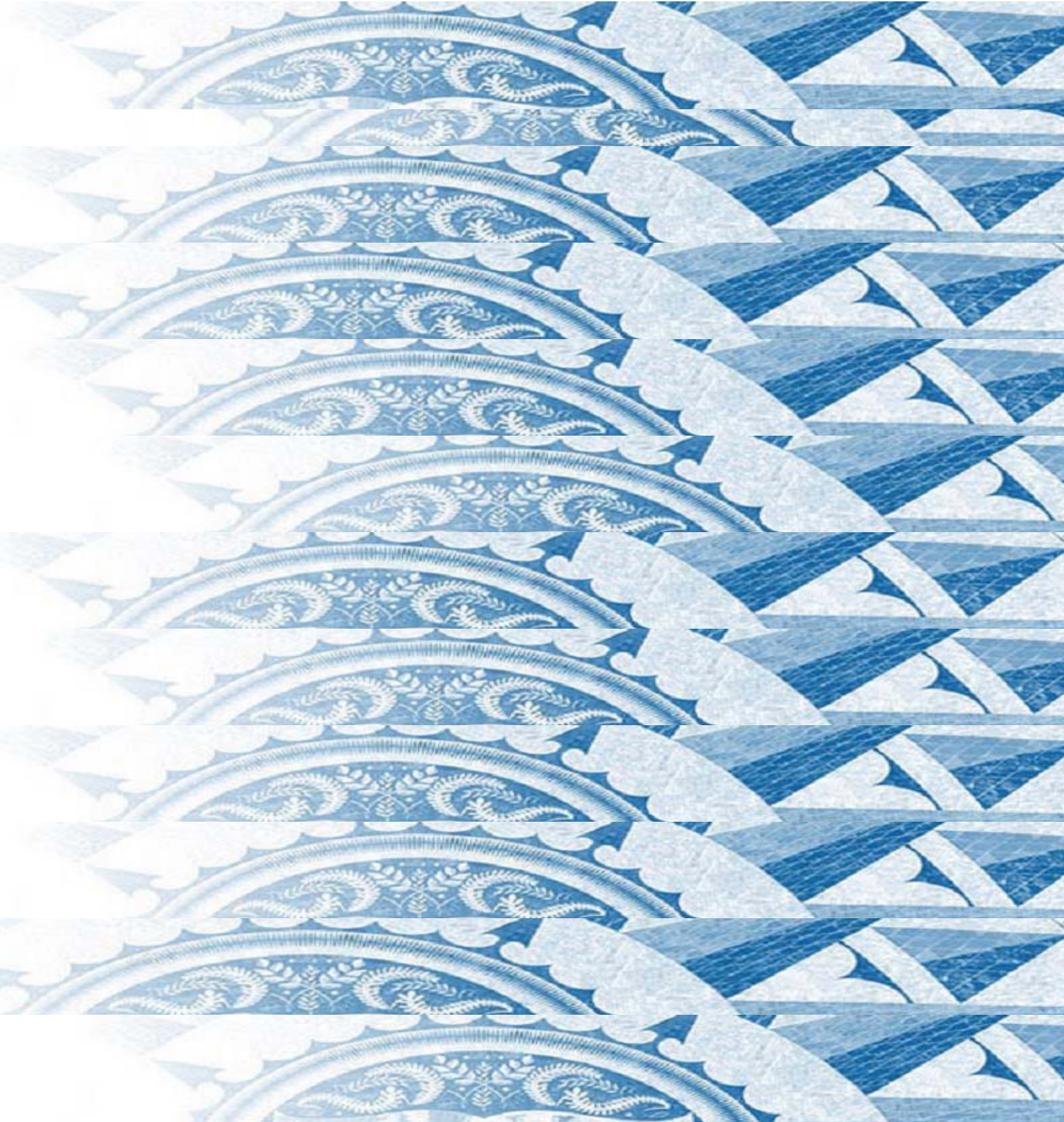
ANO DE 2008

Aprovado pelo Despacho n.º 411/09-SETF, de 12 de Maio

ÍNDICE

1. NOTA DE ABERTURA	3
2. OBJECTIVOS E ESTRATÉGIA	6
2.1 COMENTÁRIO AO GRAU DE CUMPRIMENTO DOS OBJECTIVOS ESTRATÉGICOS E OBJECTIVOS PARA 2008.....	7
3. GRAU DE EXECUÇÃO DOS OBJECTIVOS E PROJECTOS PARA 2008.....	10
3.1 AVALIAÇÃO DE OBJECTIVOS.....	11
3.2 AVALIAÇÃO DE PROJECTOS	14
4. ACTIVIDADES DE SUPORTE À GESTÃO.....	18
4.1 PROCESSAMENTO DA DÍVIDA A RETALHO.....	19
4.2 CONTAS DO TESOURO.....	20
4.3 HOMEBANKING E OUTROS SERVIÇOS BANCÁRIOS.....	23
4.4 APROFUNDAMENTO DA UNIDADE DE TESOURARIA	26
4.5 OUTRAS FUNCIONALIDADES	27
4.6 SISTEMAS DE COMPENSAÇÃO/OPERAÇÕES DE LIQUIDAÇÃO	29
4.7 CONTABILIDADE DA DÍVIDA PÚBLICA.....	32
4.8 CONTABILIDADE DA TESOURARIA.....	33
4.9 CONTROLO DAS CAIXAS DO TESOURO	33
4.10 CERTIFICAÇÃO DAS CONTAS DE GERÊNCIA.....	34
4.11 CONTROLO DAS CONTAS DE OET	34
4.12 GESTÃO DO FRDP E FRV	34
4.13 SISTEMA DE INFORMAÇÃO CONTABILÍSTICA.....	34
4.14 EXPLORAÇÃO DE SISTEMAS E BASE DE DADOS.....	35
4.15 CONCEPÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS DE INFORMAÇÃO	36
4.16 COMUNICAÇÕES, SEGURANÇA E INSTALAÇÕES.....	39
4.17 ELABORAÇÃO DE PROCEDIMENTOS INTERNOS E AUDITORIA INTERNA... 	40
4.18 ENQUADRAMENTO JURÍDICO.....	41
4.19 AROQUIVOS E DOCUMENTAÇÃO	42
4.20 COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO	43
4.21 DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL.....	43
4.22 OUTRAS ACTIVIDADES	44
5. RECURSOS HUMANOS	45
6. RECURSOS FINANCEIROS.....	47

1. NOTA DE ABERTURA



O presente documento tem por objectivo apresentar as linhas gerais do que foi a actividade do IGCP ao longo do ano de 2008. O documento cobre a generalidade das áreas de intervenção do IGCP, excluindo-se o que se relaciona com a gestão da dívida pública e disponibilidades de tesouraria, por ser matéria abordada em documento específico (“Relatório Anual da Gestão da Dívida Pública e das Disponibilidades de Tesouraria”).

O ano transacto correspondeu ao primeiro ano completo de gestão integrada da Dívida Pública e da Tesouraria do Estado, tendo sido marcado pelos esforços desenvolvidos no sentido de melhorar a qualidade dos serviços de natureza financeira prestados pelo IGCP às entidades sujeitas ao Regime da Tesouraria do Estado (RTE), bem como pelas iniciativas desenvolvidas junto de várias entidades no sentido de aprofundar o cumprimento do princípio da Unidade da Tesouraria do Estado (UTE). Com efeito, considera o IGCP que, sendo a Unidade da Tesouraria do Estado uma condição indispensável para uma maior racionalidade e economia na gestão dos fundos públicos, e decorrendo esta, além do mais, de imposição legal, recai uma grande responsabilidade sobre a entidade responsável por assegurar as condições adequadas à sua concretização, especialmente no domínio da disponibilização das funcionalidades necessárias ao eficiente desempenho dos organismos sujeitos ao RTE, contribuindo para a respectiva modernização e para uma gestão eficiente dos respectivos recursos financeiros.

Se é certo que no plano da remuneração das disponibilidades aplicadas pelas entidades públicas na Tesouraria Central do Estado predominam parâmetros restritivos associados ao custo de financiamento que o próprio Estado suporta quando recorre ao mercado, custo este que não faria sentido ultrapassar, deve sublinhar-se que o cabal cumprimento do princípio da UTE poderá implicar algum ajustamento em práticas de orçamentação, já que, dos parâmetros restritivos mencionados poderá resultar alteração do perfil de receitas próprias de vários organismos, aspecto que poderá merecer alguma compensação em fontes de receita orçamental. Dá-se por adquirido que, do ponto de vista financeiro global, o efeito final é positivo, ou seja, da minimização da intermediação de operadores financeiros estranhos ao Estado e da utilização centralizada dos fundos públicos para minimizar o saldo da dívida contraída junto de terceiros, decorre uma poupança efectiva global para o Estado¹.

Uma parte significativa da actividade desenvolvida pelo IGCP ao longo de 2008 focalizou-se, assim, na disponibilização de funcionalidades destinadas a melhorar os serviços prestados às entidades públicas clientes da Tesouraria do Estado, com especial destaque para os sistemas e meios de pagamento e para a utilização de sistemas automatizados na cobrança de receitas.

Durante o ano transacto foi lançado o projecto de uma nova plataforma informática visando a gestão dos dois segmentos de clientes do IGCP, a saber, os clientes da dívida pública de

retalho e, por outro lado, os clientes institucionais, integrando o conjunto das entidades sujeitas ao RTE. Pretende-se com esta plataforma flexibilizar e modernizar a oferta de produtos apropriados às características de cada segmento. Este projecto beneficia de apoio do QREN e, pela sua dimensão e abrangência funcional, estima-se que tenha uma duração de cerca de dois anos. Em 2008 decorreu a fase de definição das especificações funcionais e preparação do caderno de encargos, cujo lançamento deverá ocorrer durante o primeiro trimestre de 2009.

Do conjunto de projectos de cujo desenvolvimento se dá conta neste documento, merece destaque, no plano organizativo, a continuação e aprofundamento da revisão e documentação de procedimentos, processo que se estende gradualmente às áreas recentemente integradas no IGCP, e que deverá culminar na implementação de um Sistema Integrado de Gestão da Qualidade, que deverá passar pela respectiva certificação por entidade independente. Ainda no plano do desenvolvimento organizacional, concluiu-se no ano transacto um projecto no domínio da formação comportamental, também apoiado pelo QREN, e que abrangeu todos os níveis da instituição.

O nível médio de execução dos objectivos a que se propuseram no início de 2008 as diferentes Unidades de Estrutura foi da ordem dos 80%, o que, tendo em conta a natural ambição de alguns, representa, ainda assim, um nível de execução satisfatório mas que, reconhece-se, requer afinamentos tanto no que se refere ao processo de planeamento, como na capacidade de execução dos objectivos e projectos a integrar no Plano de Actividades.

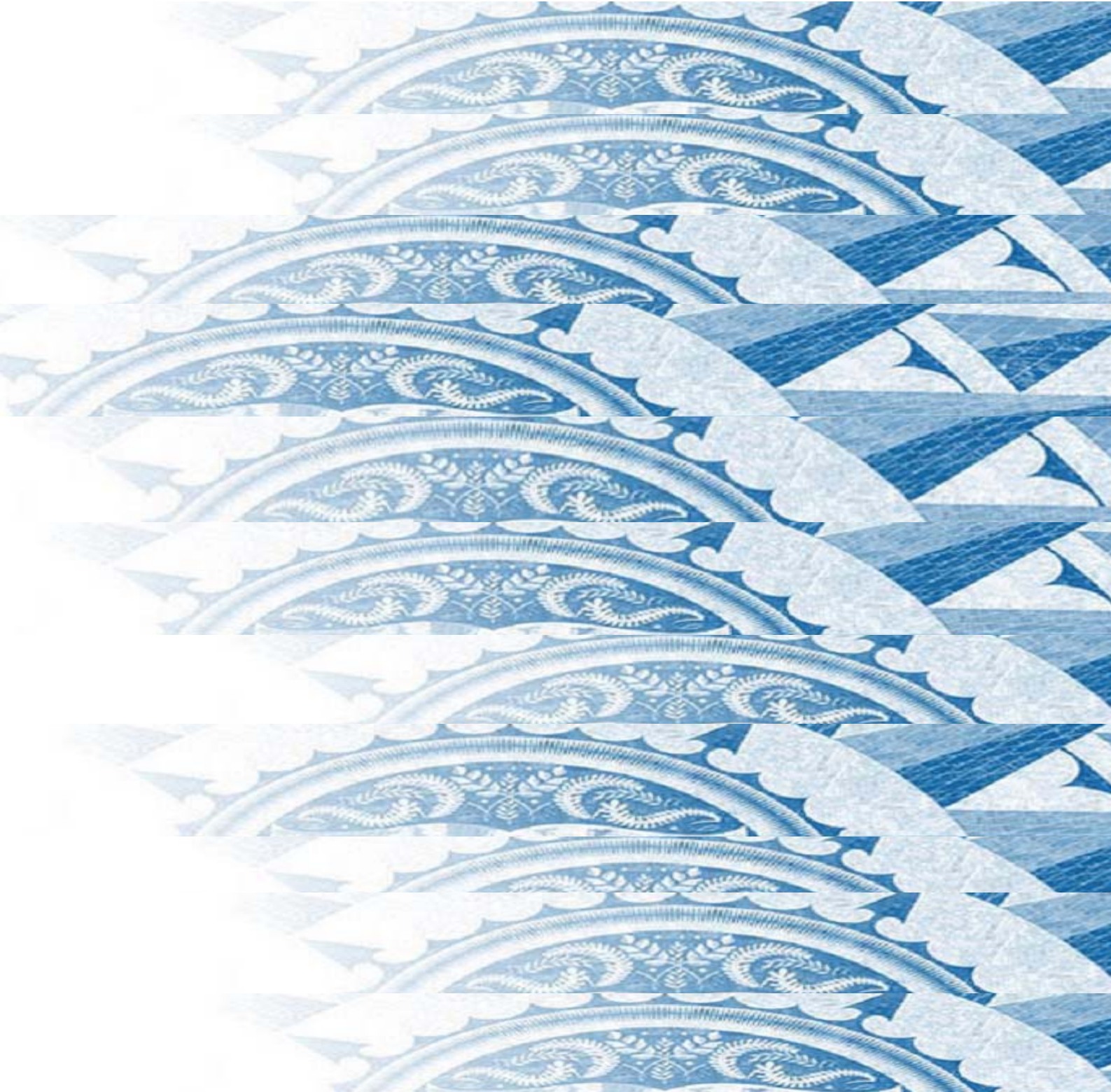
É de elementar justiça uma palavra de reconhecimento a todos os colaboradores do Instituto, que com a sua dedicação fizeram com que 2008 fosse um ano importante para consolidação do processo de integração da Tesouraria do Estado com a gestão da Dívida Pública.

Março de 2009

O Conselho Directivo

¹ Refira-se que os rendimentos gerados pelas disponibilidades centralizadas no Tesouro e eventualmente aplicadas temporariamente junto do sistema financeiro, são receitas do Estado e abatem directamente aos encargos com a dívida pública.

2. OBJECTIVOS E ESTRATÉGIA



2.1 COMENTÁRIO AO GRAU DE CUMPRIMENTO DOS OBJECTIVOS ESTRATÉGICOS E OBJECTIVOS PARA 2008

Os objectivos estratégicos elencados no Plano de Actividades para 2008 são, pela sua natureza, plurianuais e correspondem a desideratos cujo alcance se situa no domínio de uma acção continuada, tendo a ver com aquilo que constitui a própria razão de ser e missão do Instituto. Nesse sentido, não estará em causa a avaliação do seu grau de cumprimento numa perspectiva anual, mas antes reflectir em que medida as acções desenvolvidas num determinado ano contribuíram para uma aproximação às prioridades estratégicas do IGCP.

Já no que se refere aos objectivos gerais para 2008, assim designados por dizerem respeito à globalidade da organização e para os distinguir dos objectivos específicos de cada Unidade de Estrutura, importará aferir da respectiva execução em cada ano, como forma de introdução dos ajustamentos necessários.

Pela sua importância numa perspectiva da configuração futura do IGCP e dos serviços por este prestados àquilo que são os seus clientes, merece destaque a opção tomada em 2008 quanto às plataformas informáticas que suportam actividades nucleares do Instituto. No Plano de Actividades para 2008 havia-se definido, como objectivos distintos, a aquisição de *software* tanto para a dívida de retalho, como para suporte aos serviços de natureza financeira prestados aos organismos sujeitos ao RTE. No decurso do processo de reflexão sobre estes objectivos, concluiu-se que seria mais adequada a opção por uma plataforma única e integrada para servir estes dois segmentos, tendo, conseqüentemente, estes dois objectivos confluído para um projecto único, que se admite poder vir a ser concretizado por recurso a um *package* informático típico da actividade bancária, que ofereça as funcionalidades necessárias aos dois segmentos. Crê-se, assim, que os tempos de implementação sejam mais curtos, e menos onerosos, do que os que seriam necessários para desenvolver sistemas aplicativos de raiz. O essencial do levantamento funcional e preparação do caderno de encargos deste projecto ficou concluído em 2008, prevendo-se para breve o lançamento do respectivo concurso.

Mais especificamente, pode caracterizar-se assim o grau de cumprimento dos principais objectivos que foram fixados no Plano de Actividades de 2008:

No plano da gestão de tesouraria

Neste domínio o objectivo estratégico consiste em “prestar um serviço bancário de excelência aos organismos da Administração Pública, com uma cobertura de produtos em extensão e qualidade, capaz de promover e sustentar a unidade completa da tesouraria do Estado”.

Embora se reconheça que ainda há um longo caminho a percorrer nesta matéria, são de realçar os avanços conseguidos no ano transacto no que se refere aos objectivos estabelecidos.

Nomeadamente no que se refere ao objectivo de “consolidação e alargamento dos serviços bancários prestados aos clientes” regista-se o trabalho desenvolvido no quadro da SEPA, tendo sido concretizada a adesão do IGCP ao Target 2, mantendo-se assim o alinhamento com o sistema bancário nacional em matéria de meios de pagamento. Ainda neste domínio, merece referência a disponibilização a várias entidades da funcionalidade de aceitação de pagamentos através de terminais de pagamento automático (TPA), no âmbito da cobrança de receitas do Estado. Embora praticamente concluída, a implementação do Sistema de Débitos Directos, transitou para 2008, prevendo-se o seu arranque num prazo curto.

Já no que se refere ao objectivo de proceder à revisão do RTE, não foi possível concluí-lo no ano transacto, apesar dos progressos conseguidos na preparação de um projecto de revisão, pelo que este objectivo transita para o ano corrente.

Finalmente, ainda no plano da gestão da tesouraria, não pode deixar de mencionar-se o aprofundamento conseguido no quadro da UTE, mercê de um trabalho permanente de persuasão, tendo-se conseguido a canalização adicional de recursos financeiros significativos para a gestão financeira centralizada da tesouraria.

No plano da gestão da dívida pública

A “manutenção e reforço das condições de acesso ao mercado numa perspectiva de longo prazo, assegurando de forma sustentada um financiamento estável”, constitui pilar estratégico da actividade do IGCP neste domínio, devendo as actividades desenvolvidas convergir nesta direcção. O ano foi marcado pelo aprofundamento da crise financeira internacional, registando-se, ainda assim, as acções levadas a cabo para promoção da dívida pública portuguesa junto dos investidores, as alterações introduzidas no sistema de avaliação do cumprimento das obrigações de *market making*, no sentido de suportar as condições de liquidez e, obviamente, a execução com sucesso, do Plano de Financiamento para o ano e gestão activa da dívida, aspectos que são tratados com detalhe no “Relatório Anual de Gestão da Dívida e Tesouraria do Estado – 2008”.

O objectivo de “revisão global do modelo de emissão da dívida de retalho, visando a respectiva desmaterialização” está agora enquadrado no projecto da nova plataforma económica, já mencionada acima.

Merece registo a introdução de uma nova série de Certificados de Aforro, a série C, tendo sido concluídos, logo no início do ano, os desenvolvimentos aplicativos necessários ao respectivo lançamento.

No plano organizativo

“Alcançar níveis organizativos elevados, do ponto de vista da qualidade, eficácia e eficiência, através da adopção de modelos flexíveis e facilmente adaptáveis, baseados numa organização assente em equipas cujos coordenadores partilham a responsabilidade pela gestão e motivação dos recursos humanos, no quadro de objectivos claramente definidos e assumidos por todos os intervenientes” eis o objectivo estratégico fixado pelo IGCP neste domínio, no âmbito do qual se observaram, nomeadamente, os seguintes desenvolvimentos no ano transacto:

- Consolidou-se a estrutura organizativa, em particular através da revisão e documentação dos procedimentos em várias áreas, enquadrando-se esta actividade nos esforços que deverão convergir no sentido da implementação de um Sistema de Gestão de Qualidade.

Ainda neste domínio, e tendo presente a recente integração de Colaboradores oriundos da DGTF, desenvolveram-se acções tendentes a homogeneizar as equipas e promoveram-se acções de formação interna, em matéria comportamental, direccionadas à melhoria da comunicação interna e do processo de gestão de equipas.

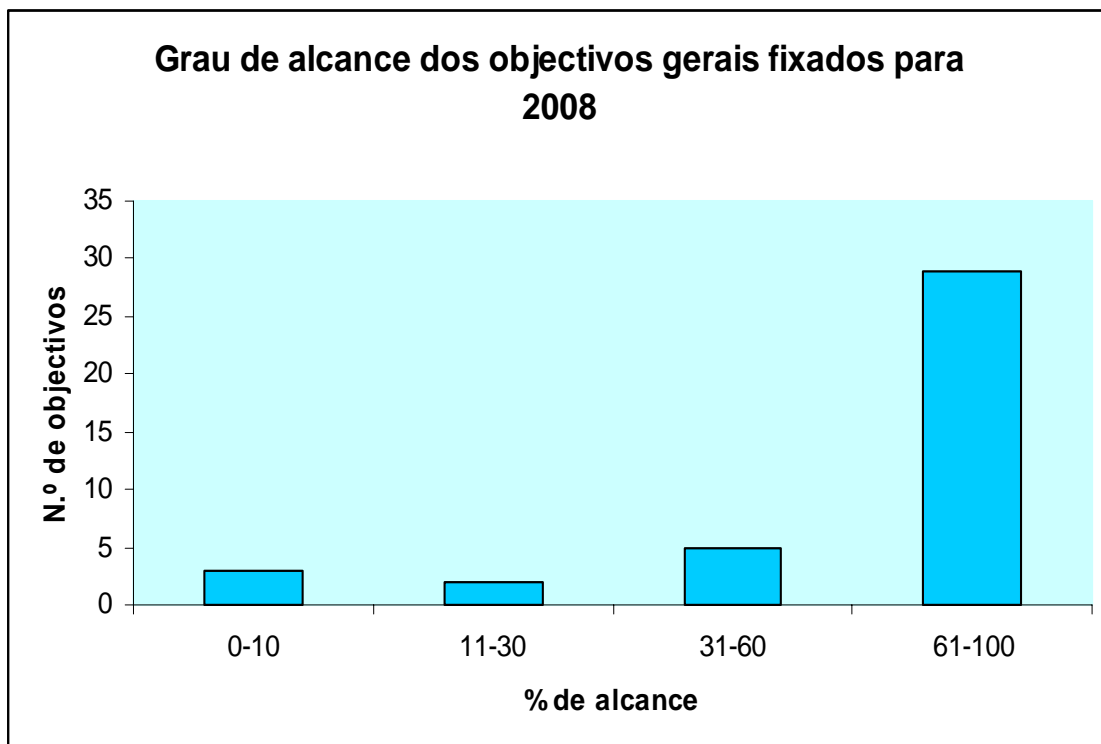
3. GRAU DE EXECUÇÃO DOS OBJECTIVOS E PROJECTOS PARA 2008



3.1 AVALIAÇÃO DE OBJECTIVOS

UNIDADES DE ESTRUTURA		OBJECTIVOS		AVALIAÇÃO FINAL DE ANO			
		Nº	DEFINIÇÃO	0 - 10	11 - 30	31 - 60	61 - 100
GA	GA-DOC	1	Dotar o Arquivo de um Plano de Classificação e uma Portaria de Avaliação, Seleção e Eliminação de Documentos, de forma a organizar a documentação em arquivo administrativo e definição dos prazos de conservação dos documentos			50	
		2	Tomar definitivamente a Intranet numa ferramenta de trabalho de cada colaborador do IGCP				90
		3	Tomar o Sistema de Gestão de Correspondência como um organizador/disciplinador de circuitos documentais, fazendo com que a produção de arquivos em suporte papel diminua				100
	GA-JUR	1	Revisão do regime jurídico da tesouraria do Estado			60	
		2	Edição de legislação actualizada e comentada sobre a gestão da dívida pública directa e da tesouraria do Estado	0			
		3	Formalização de protocolos com estabelecimentos do ensino superior em vista de edição de formação especializada no domínio da emissão e gestão da dívida pública	0			
AGDL	NSM	1	Estudo e posterior utilização de um maior número de instrumentos de gestão de risco de taxa de juro, tomando a gestão dos activos e passivos o mais cost efficient possível, em toda a estrutura temporal da curva de rendimentos			50	
		2	Proceder a uma avaliação crítica dos instrumentos e metodologias adoptados na gestão da dívida pública portuguesa no sentido de permitir a introdução atempada de melhorias sempre que se justifique			50	
		3	Promover contactos com as instituições e a contratação de operações de forma a permitir a colocação da dívida (financiamento), a contratação de operações de gestão activa e a aplicação de fundos, de uma forma atempada e eficiente permitindo cumprir os objectivos estratégicos				100
	NEM	1	Promover a adequação da emissão de dívida pública ao perfil sazonal das necessidades de financiamento, preservando sempre, enquanto objectivo primordial, o desempenho adequado da dívida portuguesa nos mercados financeiros				100
		2	Proceder a uma avaliação crítica dos instrumentos e metodologias adoptados na gestão da dívida pública portuguesa no sentido de permitir a introdução atempada de melhorias sempre que se justifique				100
		3	Promover o intercâmbio de experiências e o acompanhamento das práticas adoptadas por outras instituições soberanas europeias na gestão da dívida pública e atribuições conexas, com o objectivo de identificar e implementar as melhores práticas adequadas ao caso português				100
ACP	SAO	1	Acompanhar os movimentos diários da CUL e executar as operações relacionados com financiamento e excedentes de tesouraria segundo a optimização definida pelo CD, assegurando uma actualização diária da posição de tesouraria para um período mensal, melhorando a qualidade da informação obtida junto dos serviços externos e internos				100
		2	Acompanhamento e migração para os sistemas SEPA e Target2				100
		3	Assegurar internamente a migração para um mercado único de custódia e de liquidação através do Euroclear com adesão à rede Swift		15		
	SOC	1	Definição do Plano de Contas do IGCP (óptica bancária) na vertente da gestão da Tesouraria do Estado - Reformulação do objectivo inicial				100
		2	Introdução de melhorias no General Ledger Module (GLM) que permitam executar procedimentos com vista ao aumento da qualidade da informação contabilística				100
		3	Alargamento do reporting e da contabilização dos fluxos financeiros no General Ledger Module (GLM) às operações de tesouraria que sejam reflectidas no Finance Kit				95
SOC	1	Melhorar o tempo de resposta das certificações das contas de gerência				99	
	2	Intensificar o controlo das contas bancárias afectas às caixas, via automática				85	
	3	Intensificar o controlo da generalidade das contas de CET				100	

UNIDADES DE ESTRUTURA		OBJECTIVOS		AVALIAÇÃO FINAL DE ANO			
		Nº	DEFINIÇÃO	0-10	11-30	31-60	61-100
AQL	SDR	1	Melhoria da qualidade do serviço prestado aos clientes e cumprimento de prazos razoáveis de resposta				100
		2	Apoio aos CIT no tratamento rigoroso dos processos e operações de Afonistas, de forma a reduzir o volume de correções pedidas				100
		3	Definição das funcionalidades de um novo sistema de suporte para a dívida de retalho				100
	SGT	1	Promoção do alargamento da Rede de Cobranças do Estado, através da adesão ao DUC, por parte de organismos que sejam administradores de receita, consolidando a centralização de fundos				100
		2	Redução dos custos inerentes aos acordos com a banca comercial, que suportam o depósito de valores por parte dos clientes do <i>Homebanking</i> e revisão dos contratos que suportam a prestação de serviço no âmbito da cobrança DUC, com as entidades envolvidas (CIT, SIBS e Bancos), com vista à minimização dos respectivos custos				100
		3	Revisão dos pressupostos dos controlos efectuados às contas bancárias de apoio às cobranças efectuadas pelas Caixas do Tesouro				100
	SCC	1	Reduzir o recurso dos organismos públicos à banca comercial, mediante o alargamento dos serviços bancários prestados e do seu ajustamento às necessidades dos clientes				100
		2	Promover a captação e fidelização de clientes, recorrendo a ações de divulgação e acompanhamento dos Organismos Públicos quanto ao adequado cumprimento de unidades de tesouraria do Estado				100
		3	Aumentar a segurança no <i>Homebanking</i> , através da instalação de certificados digitais e da criação de procedimentos de controlo interno dos acessos ao sistema				100
NF	1	Sofisticar os instrumentos de análise e gestão da componente de curto prazo da carteira			60		
	2	Melhorar a geração de cenários para o <i>CaRe</i> Modelo <i>Benchmark</i>	10				
	3	Alargar abrangência do normativo interno (NP, NI e NP) e realização de auditorias internas a pelo menos, duas LE				75	
GES	1	Desenvolvimento e implementação de um modelo de previsão dos <i>cashflows</i> de tesouraria do Estado		25			
	2	Extensão dos modelos de taxas de juro utilizados no GES para que gerem toda a curva de rendimentos				100	
NSI	1	Construir, desenvolver, adaptar e implementar sistemas de informação por forma a atingir os objetivos definidos pelo IGCP para a Gestão da Tesouraria em 2008, através, nomeadamente, da adesão à <i>SEPA</i> , ao <i>Target 2</i> e ao <i>Swift</i> , da disponibilização da funcionalidade de débitos directos e da criação de um novo sistema de contas e <i>homebanking</i>				90	
	2	Construir, desenvolver, adaptar e implementar sistemas de informação por forma a atingir os objetivos definidos pelo IGCP para a gestão da dívida pública em 2008, através, nomeadamente, de um novo sistema para a dívida de retalho				95	
	3	Construir, desenvolver, adaptar e implementar sistemas por forma a atingir os objetivos definidos pelo IGCP ao nível organizativo em 2008, através, nomeadamente, do incremento da segurança interna, da definição de novos procedimentos de contingência, do desenvolvimento de uma solução de <i>Disaster Recovery</i> e Continuidade de Negócio e da disponibilização de novas funcionalidades de correio eletrónico				90	
SGA	1	Encontrar soluções que contribuam para a redução dos custos administrativos				95	



3.2 AVALIAÇÃO DE PROJECTOS

UNIDADES DE		PROJECTOS		FINAL DE ANO			
ESTRUTURA	N.º	DESIGNAÇÃO	0 - 10	11 - 30	31 - 60	61 - 100	
GA	GA-DOC	1 Sistema de Gestão Documental			50		
		2 Portaria e Tabela de Avaliação, Selecção e Eliminação de Documentos	0				
		3 INTRANET 2008				80	
		4 OWNET – versão 5				100	
	GA-JUR	1 Revisão do regime jurídico da tesouraria do Estado			60		
		2 Actualização da publicação "Emissão e Gestão da Dívida Pública – Legislação Anotada", <i>Visis</i> , Maio 2004	0				
3 Estabelecimento de "links" IGCP/Universidade		0					
AGDL	NSM	1 EONIA SWAPS, FRA, FUTUROS EURIBOR 3M			50		
		2 FUTUROS - SCHATZ, BOBL e BUND	ANL				
		3 Aplicações Financeiras Clientes – Novo(s) produto(s)	0				
		4 Plataformas Electrónicas: - Repós - Bloomberg electronic quoting / trading; - Swaps - Bloomberg electronic quoting / trading				75	
		5 Prestação de serviços de consultoria e assistência técnica a Entidades Públicas Empresariais - EPE no âmbito de operações de financiamento e/ou definição de estratégias de gestão de carteira (em colaboração com o NSM e o NCF).				100	
		6 Actualização do Manual de Procedimentos do NSM				100	
		7 Revisão das NP aplicáveis ao NSM				100	
	NEM	1 Adequada compreensão do processo DDA (<i>Dutch Direct Auction</i>) como forma de colocação de instrumentos de dívida em mercado primário.				100	
		2 Estudo das condições de evolução dinâmica do grupo de OEVT's	0				
		3 Promoção da dívida portuguesa e alargamento da base de investidores.			50		
		4 Prestação de serviços de consultoria e assistência técnica a Entidades Públicas Empresariais - EPE no âmbito de operações de financiamento e/ou definição de estratégias de gestão de carteira (em colaboração com o NSM e o NCF).				100	
		5 Participação nos leilões de licenças de emissão de CO2 em nome do Estado.	0				
		6 Acompanhamento dos desenvolvimentos relacionados com a evolução da posição do grupo MTS enquanto plataforma designada para cumprimento de obrigações de cotação na Europa.				100	
		7 Instrumentos alternativos de financiamento			50		
AOP	SAO	1 Single European Payments Area - SEPA			60		
		2 Target 2				100	
		3 Euroclear – single platform	AD - 5				
		4 Adesão à rede Swift				100	
		5 Procedimentos e plano de contingência			50		
		6 Normas de procedimentos				100	
		7 Liquidação de novos instrumentos				100	
		8 Projecto Citibank - pagamentos na ordem extern			50		
		9 CAH - Caracterização dos processo da AOP e colaboração no levantamento dos requisitos funcionais				100	
	SOC	1 Definição do Plano de Contas do IGCP na óptica bancária				100	
		2 Dotar o General Ledger Module - GLM de novas funcionalidades				95	
		3 Definição das regras de contabilização, no GLM, das operações associadas ao Owner "IGCP - TES".				95	
		4 Procedimentos e plano de contingência			50		
		5 Manual de procedimentos				100	
		6 RIGORE (projecto criado no final do 1.º trimestre)				80	
7 CAH					100		
SCC	1 Conferência e remessa dentro dos prazos previstos na lei das contas de gerência.				99		
	2 Utilização da automatização da conciliação bancária via SCE				85		
	3 Efectivação trimestral de acções de controlo às contas de OET				100		
	4 Elaboração do plano de contingência			50			
	5 Revisão do Manual de procedimentos da tesouraria				100		
	6 Definição do Plano de Contas do IGCP na óptica bancária, relativamente às contas das caixas e contas bancárias afectas às mesmas				100		

UNIDADES DE		PROJECTOS		FINAL DE ANO			
ESTRUTURA	N.º	DESIGNAÇÃO	0 - 10	11 - 30	31 - 60	61 - 100	
ACL	SDR	1 Certificados de aforro - nova série				100	
		2 Novo sistema para dívida de retalho				100	
	SGT	1 Reembolsos UE				100	
		2 Antecipações de Fundos				100	
		3 Alargamento da Rede Cobranças do Estado - RCE				100	
		4 Revisão de custos				100	
		5 Aperfeiçoamento de controlos				100	
		6 Integração do Instituto de Registo e Notariado - IRN no Regime de Tesouraria do Estado - RTE				100	
		7 Manual de Procedimentos SGT (controlo interno)				100	
	SGC	8 Procedimentos e plano de contingência				100	
		9 Novo sistema de contas e <i>homebanking</i>				100	
	SGC	1 Novo Sistema de Contas e <i>Homebanking</i>				100	
		2 Sistema de Débitos Directos			AD - 50		
		3 Certificação Digital				100	
		4 Terminais de Pagamento Automático - TPA				100	
		5 Cartões de Débito	AD				
		6 Cartões de Crédito	AD				
		7 Manual de Procedimentos				100	
		8 Procedimentos e plano de contingência				100	
9 Aprofundamento da Unidade de Tesouraria do Estado = UTE com base no enquadramento actual					100		
NCF	1 Carteira de curto prazo (Gestão de Risco)				80		
	2 Cenários <i>CaR</i> e <i>Benchmark</i> (Gestão de Risco)	10					
	3 Manuais de Procedimentos da Área de Clientes (Controlo Interno)			60			
	4 Manuais de Procedimentos da Área de Clientes (Controlo Interno)			40			
	5 Normas de procedimentos/Processos SAO (Controlo Interno)	0					
	6 Plano anual de auditoria interna (Controlo Interno)				70		
	7 Procedimentos e plano de contingência		30				
	8 Customização do Fkit para suportar a adesão à rede <i>Swift</i>	0					
	9 <i>Futuros - Schatz, Bobl e Bund</i>	ANL					
GES	1 Modelo de Previsão de Fluxos de Tesouraria	0					
	2 Modelos de geração da curva de rendimentos				100		

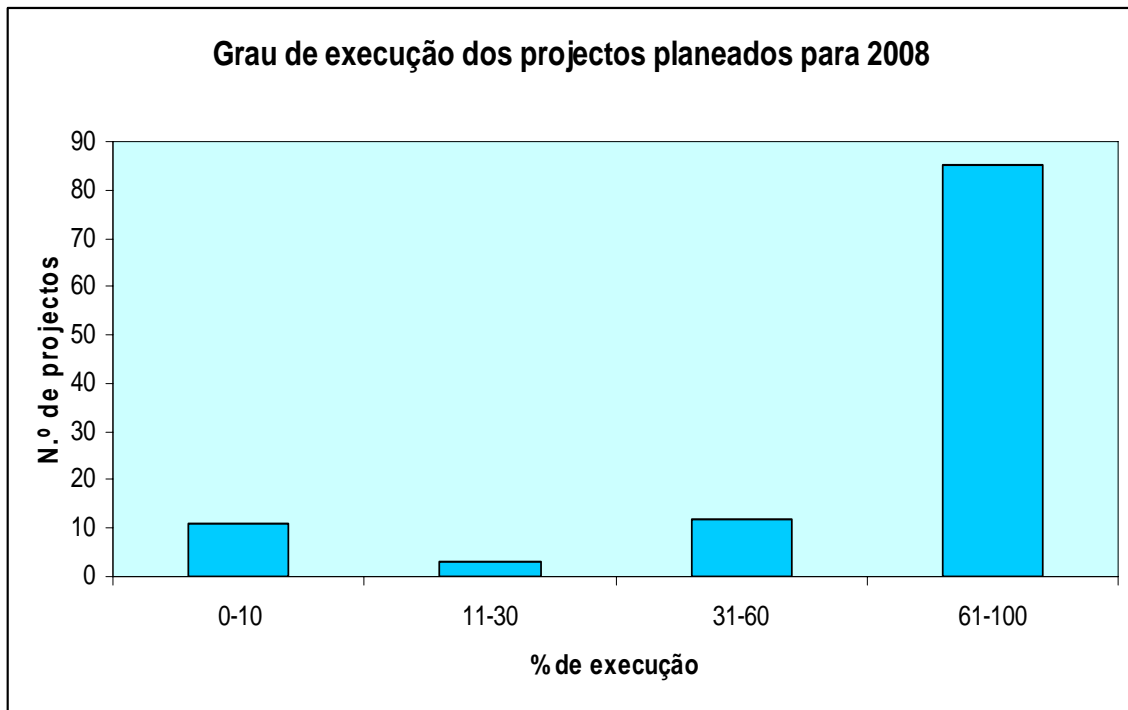
UNIDADES DE ESTRUTURA	PROJECTOS		FINAL DE ANO			
	N.º	DESIGNAÇÃO	0 - 10	11 - 30	31 - 60	61 - 100
NSI	1	Single European Payments Area - SEPA – Recepção de transferências				100
	2	SEPA – Débitos directos	ANL			
	3	SEPA – Emissão de transferências				80
	4	Target 2				100
	5	Euroclear - single platform	AD			
	6	Adesão à rede Swift				100
	7	Disponibilização de terminais de pagamento automático	ANL			
	8	Disponibilização de cartões de crédito				100
	9	Disponibilização de cartões de débito				100
	10	Débitos directos				90
	11	Novo sistema de contas e homebanking				100
	12	General Ledger Module (GLM) - Elaboração de relatórios	AD			
	13	Finance kit – upgrade para uma nova versão		30		
	14	Sistema de Produtos de Aforro – Nova série de certificados de aforro				100
	15	Produtos de Aforro - Novo sistema.	INT			
	16	Actualizar o sistema de correio electrónico do IGCP				100
	17	Segurança Informática.				100
	18	Procedimentos e plano de contingência.		30		
	19	Disaster Recovery e Continuidade de Negócio.				100
	20	Actualização dos sistemas de gestão interna, promoção e suporte das TIC.				95
	21	Pagamentos de Ordem Externa (Novo Projecto)				100
	22	Rigore - Ligação à Tesouraria do Estado (novo Projecto)				100
	23	Target 2 2.ª fase - Implementação da AT2				100
SGA	1	Redução de custos administrativos	10			
	2	Inquérito aos colaboradores do IGCP				100
	3	CMNET – versão 5				100
	4	Prestação de contas por via electrónica ao Tribunal de Contas (Novo Projecto)				100
	5	Facturação a Clientes				100

AD Adiado

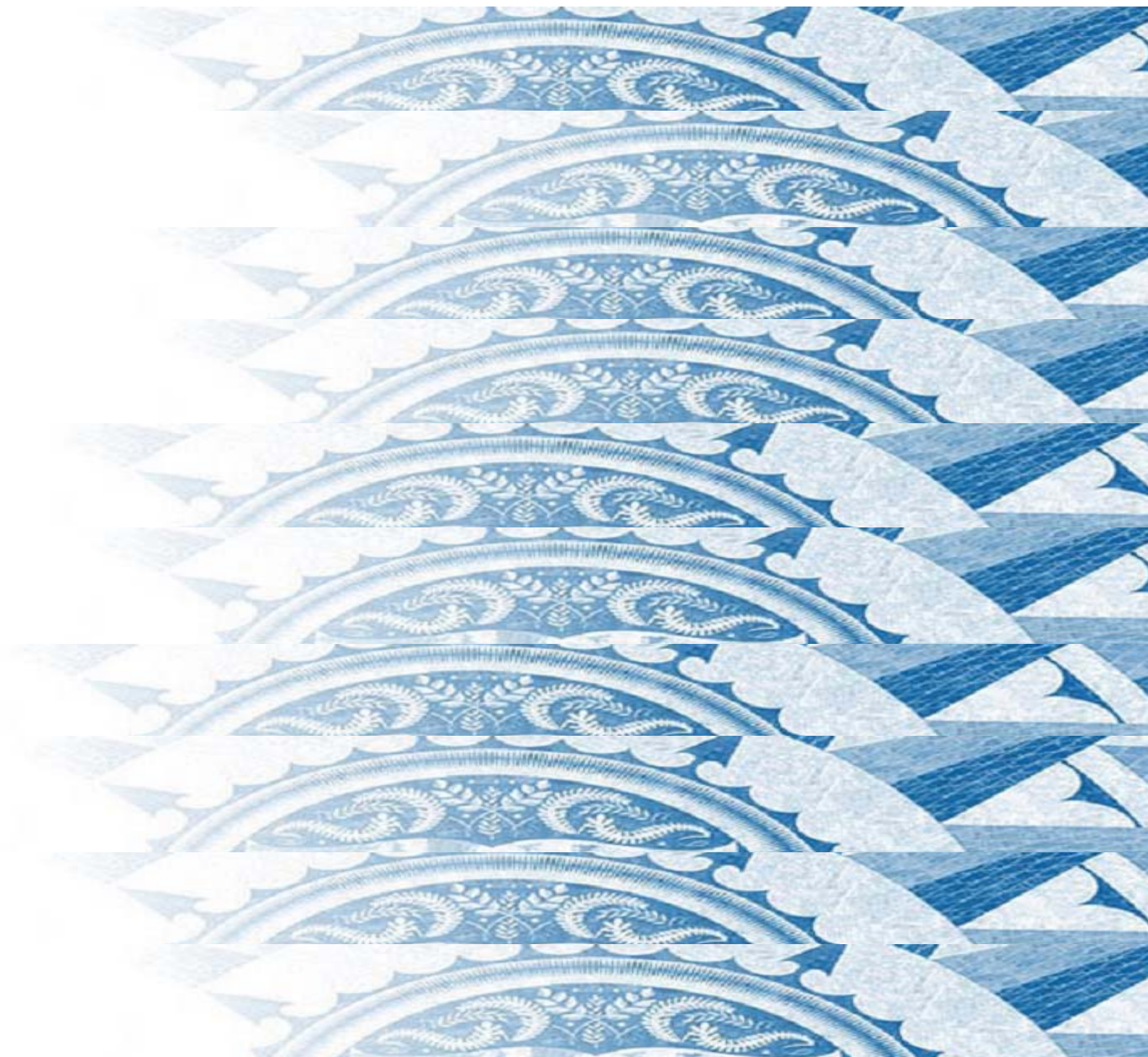
ANL Anulado/Não há necessidade de intervenção

INT Integrado noutro projecto

Proj Projectos novos



4. ACTIVIDADES DE SUPORTE À GESTÃO



4.1 PROCESSAMENTO DA DÍVIDA A RETALHO

Em termos da dívida de retalho, haverá que destacar o peso dos Certificados de Aforro, responsáveis por cerca de 14,5% da dívida pública total.

Saliente-se o arranque da Série C e o fim das subscrições da Série B com alteração da taxa de juro a partir de 28 de Janeiro de 2008, situação que implicou uma relativa instabilidade junto dos aforristas com repercussão no atendimento.

Os restantes instrumentos da dívida de retalho encontram-se representados por quatro empréstimos Consolidados - integrados em cerca de 93% na Central de Valores Mobiliários - Rendas Perpétuas, e Rendas.

Destaque-se ainda que existe um conjunto substancial de operações que, pela sua natureza e delicadeza, implicam um tratamento específico por parte do IGCP e nas quais se incluem a gestão da base de dados de Certificados de Aforro e Clientes, o controlo global das operações realizadas, tenham elas sido efectuadas no IGCP ou nos CTT, assim como a realização de algumas operações sensíveis, entre as quais destacamos a imobilização de contas, a integração de contas, a transmissão de Certificados de Aforro para herdeiros – realce-se neste caso para a análise e tratamento de cerca de 1.000 processos de habilitação de herdeiros.

No âmbito do relacionamento com Clientes, Tribunais, DGCI e outras Entidades Externas sob a forma de expediente geral, o IGCP tratou mais de 21 mil peças de correspondência entrada e outras tantas ao nível das saídas.

Mantemos uma especial atenção à informação prestada aos aforristas sobre a posição e valorização da sua carteira de Certificados de Aforro e dos movimentos que sobre a mesma são efectuados. Tal objectivo contribui para um incremento da segurança e da confiança relativamente à gestão de mais de 4,2 milhões de Certificados de Aforro, pertencentes a cerca de 671 mil aforristas. Refira-se que 86% dos aforristas são já receptores de extracto periódico, quando em 2004 esse valor era de 63%.

No âmbito do AforroNet, cujo arranque ocorreu em Julho de 2007, realce-se a assinalável adesão a este serviço que contava com 13.519 utilizadores no final de 2008, responsáveis por 16.466 subscrições, correspondentes ao montante de € 31,9 milhões.

O início do ano de 2008 coincidiu com a implementação da revisão dos 3 Protocolos celebrados com os CTT no âmbito geral dos Certificados de Aforro – Comercialização dos Certificados de Aforro, Prestação dos Serviços Postais e *Printing e Finishing* dos extractos de aforro.

4.2 CONTAS DO TESOURO

Ao nível das contas do Tesouro há que destacar as seguintes actividades:

Tramitação de Cheques sem provisão

Durante o ano de 2008, deram entrada cerca de 108 novos processos, tendo sido encerrados 115. Actualmente existem 168 processos a aguardar resolução, pendentes de esclarecimentos por parte da DGCI, sobre a regularização dos mesmos.

Antecipações de Fundos Comunitários

Foram realizadas antecipações de fundos que ascenderam a cerca de € 1.910 milhões e regularizados no ano cerca de € 1.740 milhões.

Reembolsos de viagens

Efectuaram-se cerca de 1.400 transferências bancárias no montante de aproximadamente € 1,4 milhões no que respeita a reembolsos de viagens, na sua maior parte (cerca de 95%) entre contas sediadas no IGCP, dando cumprimento às orientações comunitárias sobre esta matéria.

UE	N.º de operações	Valores
Conselho	1 100	800 000,00
Comissão	300	650 000,00
Total	1 400	1 450 000,00

Depósitos Externos

Procedeu-se à reconciliação diária entre as contas que suportam a funcionalidade “depósitos externos” disponibilizada aos clientes HB e os ficheiros de cobranças/devoluções enviados pela CGD, BES e BCP.

A análise e resolução das divergências tiveram como universo 100.089 depósitos efectuados.

Bancos	N.º de depósitos	Valores depositados
CGD	87 594	680 000 000,00
BCP	8 098	54 000 000,00
BES	4 397	18 000 000,00
Total	100 089	752 000 000,00

Receitas dos Consulados

Sobre proposta do IGCP, esta tarefa transitou para o MNE com o devido acompanhamento inicial por parte do IGCP, permitindo a racionalização dos recursos.

Rede de Cobranças do Estado

Esta actividade desenvolve-se em 3 vertentes:

- 1 Apoio diário às diversas entidades intervenientes (Bancos, CTT, DGCI, DGAIEC, ERS, IGT e IRN) com o objectivo da eliminação de erros que surjam por transmissão incorrecta de informação nos cerca de 50 ficheiros diários (EME, CBE e EXE e respectivos retornos);
- 2 Reconciliação das cobranças registadas no SCE e nas aplicações das entidades administradoras da receita (DGCI e DGAIEC), por mês e imposto.
- 3 Análise e resolução das divergências associadas às reconciliações efectuadas entre a informação de:
 - 3.1 Cobranças-Extractos-Fundos (13 Bancos)
 - 3.2 Cobranças-Depósitos-Extractos-Fundos (380 Secções de Cobrança/contas bancárias)
 - 3.3 Cobranças-Fundos (CTT e SIBS)

O controlo exercido incidu sobre os seguintes valores:

Valores cobrados em 2008

	Bancos	CTT	SIBS	IGCP	IRN	Totais (euros)
APA	5.811,42	0,00	12.719,95	0,00	0,00	18.531,37
CA	0,00	0,00	1.020,28	1.843,40	0,00	2.863,68
CMPAUT	0,00	0,00	0,00	137.940.851,49	0,00	137.940.851,49
ERS	383.723,14	1.537.184,59	2.214.696,73	645.316,25	0,00	4.780.920,71
EXEF	31.235.989,81	58.931.052,31	133.769.435,94	1.149.478.449,06	0,00	1.373.414.927,12
Forn25 -						
Dep.Estado (25)	84.226,47	30.146,18	0,00	6.204.318,18	0,00	6.318.690,83
ICA	0,00	969,00	0,00	10.513,26	0,00	11.482,26
ICI	824,74	3.011,12	0,00	15.548,52	0,00	19.384,38
IEC	1.350.839,53	90.127.342,14	6.736.881,81	4.694.853.526,40	0,00	4.793.068.589,88
IGT – Coimas	3.625.167,67	0,00	0,00	0,00	0,00	3.625.167,67
IGT – Crédito	11.971,24	0,00	0,00	0,00	0,00	11.971,24
IGT – Custas	71.966,65	0,00	0,00	0,00	0,00	71.966,65
IMI	42.105.815,27	281.321.183,69	362.597.810,26	323.470.550,02	0,00	1.009.495.359,24
IMSV	3.448,92	4.563,41	31.142,91	3.629,12	0,00	42.784,36
IMSVIE	2,00	1,00	35,03	10,00	0,00	48,03
IMT	15.463.531,82	19.120.041,49	105.156.744,35	641.570.365,78	7.943.306,13	789.253.989,57
IRC	1.032.019.866,19	1.729.103.567,25	454.191.423,45	2.642.780.032,10	0,00	5.858.094.888,99
IRS	54.991.771,51	251.774.866,28	552.749.433,90	586.463.108,72	0,00	1.445.979.180,41
IS	898.027,80	3.203.175,07	7.580.744,69	12.384.438,77	0,00	24.066.386,33
ISSTG	505.181,44	5.182,10	1.086.310,16	45.309.581,24	0,00	46.906.254,94
IUC - Imp. Único Circ.	11.798.831,38	22.158.086,93	61.118.560,57	163.528.176,80	0,00	258.603.655,68
IVA	2.199.128.114,49	6.416.415.126,04	1.444.323.946,76	7.014.283.168,07	0,00	17.074.150.355,36
MI	3.823.785.296,92	2.911.259.310,96	877.240.743,22	3.590.960.990,75	0,00	11.203.246.341,85
PENHORAS	17.405.112,69	17.515.871,87	28.955.466,46	153.263.038,05	0,00	217.139.489,07
SCO	3.037.771,60	5.289.207,26	18.150.054,00	15.681.539,87	0,00	42.158.572,73
SEF	5.799.903,79	10.676.424,82	35.458.441,71	34.386.492,69	0,00	86.321.263,01
Totais	7.243.713.196,49	11.818.476.313,51	4.091.375.612,18	21.213.235.488,54	7.943.306,13	44.374.743.916,85

Número de documentos cobrados em 2008

	Bancos	CTT	SIBS	IGCP	IRN	Totais
APA	9	0	28	0	0	37
CA	0	0	2	23	0	25
CMPAUT	0	0	0	144.759	0	144.759
ERS	642	2.654	5.027	419	0	8.742
EXEF	43.058	63.788	276.906	1.751.086	0	2.134.838
Forn25 - Dep.Estado (25)	72	85	0	6.181	0	6.338
ICA	0	2	0	22	0	24
ICI	14	41	0	271	0	326
IEC	334	2.033	1.570	4.061	0	7.998
IGT - Coimas	6.642	0	0	0	0	6.642
IGT - Créditos	22	0	0	0	0	22
IGT - Custas	1.346	0	0	0	0	1.346
IMI	95.209	859.440	1.451.729	1.313.180	0	3.719.558
IMSV	89	140	753	89	0	1.071
IMSVIE	2	1	38	10	0	51
IMT	5.269	6.640	55.097	190.796	4.378	262.180
IRC	64.171	293.262	231.363	403.150	0	991.946
IRS	31.713	145.732	489.103	332.428	0	998.976
IS	3.935	10.780	44.584	35.428	0	94.727
ISSTG	687	18	1.396	53.545	0	55.646
IUC - Imp. Único Circ.	156.347	257.987	1.143.905	3.669.966	0	5.228.205
IVA	90.692	531.721	420.997	732.860	0	1.776.270
MI	297.957	1.031.030	742.099	1.525.406	0	3.596.492
PENHORAS	17.926	37.814	58.935	95.280	0	209.955
SCO	13.392	21.240	129.059	69.711	0	233.402
SEF	7.945	13.335	80.421	40.086	0	141.787
Totais	837.473	3.277.743	5.133.012	10.368.757	4.378	19.621.363

Esta matéria foi sujeita a auditoria pelo Tribunal de Contas, tendo, sido proferidas algumas recomendações que serão implementadas durante o primeiro semestre de 2009.

4.3 HOMEBANKING E OUTROS SERVIÇOS BANCÁRIOS

Entre Janeiro e Dezembro de 2008, foram desenvolvidas diversas actividades com o objectivo de disponibilizar instrumentos mais adequados de forma a melhorar o serviço prestado aos clientes. Assim, e na prossecução desse objectivo foram desenvolvidas as seguintes actividades:

Novo Sistema de Contas e Homebanking (CAH)

- Elaboração da candidatura ao QREN da nova aplicação, nomeadamente no que respeita à elaboração da memória descritiva, do diagnóstico, do impacto e do mérito do projecto.
- Levantamento com consultora externa dos processos e elaboração dos requisitos funcionais da nova aplicação.

Sistema de Débitos Directos (SDD)

- Execução financeira do projecto POAP n.º 000624/2006/1.1.1., relativo ao desenvolvimento aplicacional do Sistema de Débitos Directos (SDD). No ano 2008, o POAP reembolsou um total de 289.656,87 euros, aguardando-se a entrega da última tranche deste projecto, cujo pedido foi executado em Dezembro de 2008, e o respectivo valor de reembolso, a receber em 2009, deverá rondar os 300.000,00 euros.
- Identificação das necessidades de informação, sobre débitos directos (vertente devedora e vertente credora), a disponibilizar no *Homebanking*, na óptica do utilizador interno e externo.

Certificação Digital

- Instalação de 650 certificados, em organismos Clientes em que o processo de certificação digital ainda não tinha sido iniciado, que implicaram:
 - ✓ O envio de comunicações aos serviços evidenciando a necessidade e relevância da certificação digital e de fichas de instalação, a preencher com os dados dos utilizadores;
 - ✓ A prestação de esclarecimentos e execução de insistências junto dos Clientes, no sentido da sensibilização para a necessidade de instalação da certificação digital e consequente envio da ficha de instalações;
 - ✓ Recepção, confirmação e correcção das referidas fichas;
 - ✓ Envio das fichas à Multicert para o agendamento e concretização das instalações requeridas;
 - ✓ Controlo dos agendamentos e instalações efectuadas pela Multicert, bem como do *timing* de ocorrência das mesmas.
- Gestão corrente no âmbito da instalação de novos certificados em organismo em que já foi iniciada a certificação digital, bem como nos pedidos de segundas vias de cartões e certificados (concretizados 155 pedidos de novos utilizadores e 130 pedidos de segundas vias).

- Apuramento dos valores das instalações a suportar pelos Clientes e execução do correspondente débito e envio de facturação (os encargos suportados pelos Clientes com a certificação digital).
- Definidas novas regras para afectação dos custos com a certificação digital aos Clientes, a vigorar a partir de 2009, tendo em conta e a necessidade de simplificar e uniformizar os processos.

Terminais de Pagamento Automático (TPA)

- De forma a planear, com melhor conhecimento e maior oportunidade, a disponibilização de TPA aos organismos, foi efectuado um levantamento das necessidades desses equipamentos e suas características junto dos organismos Clientes. A atribuição de TPA, com base na análise do levantamento efectuado, será iniciada em 2009.
- Foram celebrados vários protocolos de fornecimento de TPA (descritos nos pontos abaixo) entre o IGCP e os organismos Clientes, no âmbito dos quais foi realizada toda a gestão do relacionamento processual e institucional entre o IGCP e as entidades referidas, com vista a garantir a qualidade do serviço prestado.

- Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária (ANSR)

Foram centralizados na tesouraria do Estado os valores das cobranças de autos de contra-ordenação e coimas em atraso, por infracções ao código das estradas, efectuadas a favor da ANSR, através da arrecadação de receitas por 500 TPA móveis disponibilizados, a partir de Janeiro de 2008, às forças de segurança da PSP e da GNR. No ano, foi arrecadado, por estes equipamentos, cerca de 17,5 milhões de euros.

- Direcção Nacional da Polícia de Segurança Pública (PSP)

Com vista à centralização de fundos dos valores das receitas cobradas a favor da PSP foi celebrado em Julho de 2008 um protocolo de fornecimento de TPA, a instalar nas tesourarias dos comandos dessa Polícia. Foram arrecadados, por estes equipamentos, cerca de 70 mil euros.

- Instituto da Mobilidade e dos Transportes Terrestres (IMTT)

Com o objectivo de canalizar os fundos deste organismo, depositados na CGD (cerca de 20 milhões de euros/ano), para contas no IGCP foram desencadeadas, durante o ano de 2008, várias reuniões de trabalho. Das várias soluções apresentadas com vista à centralização de fundos na Tesouraria do Estado, o IMTT celebrou um protocolo de fornecimento de TPA (mês de Agosto), tendo sido arrecadado, por esses equipamentos, cerca de 1 Milhão de euros.

- Biblioteca Nacional de Portugal (BNP)

Celebrado protocolo de fornecimento de TPA à BNP (mês de Julho), tendo sido arrecadado, por esses equipamentos, cerca 13 mil euros.

Cartões de Débito e de Crédito

Articulação com a UNICRE na definição das características dos cartões a emitir, bem como dos termos do protocolo a celebrar e respectivas condições de utilização (regras e universo de titulares).

4.4 APROFUNDAMENTO DA UNIDADE DE TESOURARIA

Neste âmbito foram desenvolvidas acções de captação, apoio e fidelização aos organismos Clientes e a identificação e implementação de novos serviços bancários e melhoria dos prestados, tendo em vista a adequada centralização dos fundos públicos na Tesouraria do Estado. Dessas actividades desenvolvidas, destacam-se os seguintes resultados

Captação, Apoio e Fidelização

- Instituto dos Seguros de Portugal (ISP)

- Efectuou-se o levantamento e análise das necessidades do ISP, tendo sido proposta a sua adesão ao DUC (receitas a arrecadar no valor de 161 milhões/ano) e a concretização dos seus compromissos, inerentes ao Fundo de Acidentes de Trabalho (Fundo gerido pelo ISP), através da utilização da funcionalidade de *upload* de TEI e Cheques do *Homebanking*.
- Efectuaram-se acções de esclarecimento e definição dos circuitos de utilização das funcionalidades propostas, cuja implementação se prevê para o primeiro trimestre de 2009.

- Instituto de Gestão Financeira das Infra-Estruturas da Justiça (IGFIJ)

- Foram estabelecidos contactos com o IGFIJ, no sentido de delinear as melhores soluções. Encontra-se em fase de análise e desenvolvimento o processo de arrecadação, através do Documento Único de Cobrança (DUC), das receitas entregues pelas Conservatórias, Notários e Cartórios Privados, cujos valores anuais rondam os 480 milhões de euros
- Iniciou-se o levantamento processual do circuito de pagamento das Custas Judiciais, em face do novo normativo legal, com vista à sua integração na Rede de Cobrança do Estado e à subsequente adaptação às regras de utilização do DUC.

- Transferência para o IGCP, dos valores dos saldos à ordem na CGD, no final do ano (cerca de 580 milhões de euros) e à respectiva remuneração de fundos, tendo por base as deliberações constantes do Despacho Conjunto dos Ministros de Estado e das Finanças e da Justiça.

- Fundo de Apoio ao Sistema de Pagamento do Serviço Nacional de Saúde (FASP SNS)

- Nos termos da Portaria n.º 1369-A/2008, de 28 de Novembro, foram estabelecidos com a Direcção-Geral do Tesouro e Finanças e os organismos da Saúde os procedimentos a executar conducentes à:
 - ✓ Subscrição, no valor de 566.900.000,00 euros, de unidades de participação do FASP SNS, por parte das instituições e serviços públicos do Serviço Nacional de Saúde;
 - ✓ Execução das ordens de pagamento dadas por esses organismos para a concretização da referida operação;
 - ✓ Execução dos pagamentos das dívidas da Saúde, por parte do FASP SNS.

- Agência Portuguesa do Ambiente (APA)

Celebrado protocolo com a APA, de adesão à Rede de cobranças do Estado, passando as suas cobranças (cerca de 10 milhões/ano) a ser tituladas pelo DUC. Iniciadas as cobranças, a 12 de Dezembro, foi arrecadado por esta via, cerca de 20 mil euros, até ao final do ano.

4.5 OUTRAS FUNCIONALIDADES

Pagamento de Serviços

- Em 2008 entrou em funcionamento um novo serviço bancário disponibilizado pelo IGCP através do *Homebanking*, que permite aos organismos Clientes efectuarem os pagamentos dos seus compromissos à EDP e à CGA, mediante a recolha de uma referência de pagamento, pela utilização da funcionalidade de "Pagamento de Serviços".
- Para suportar os novos circuitos foram elaborados e celebrados protocolos entre o IGCP e cada uma das entidades (CGA e EDP), no qual foram definidos o tipo e formas de informação a trocar, bem como os encargos inerente à prestação de serviços pelo IGCP.
- O pagamento de serviços à CGA, iniciou-se em Julho, tendo sido cobrado por este circuito cerca de 370 milhões de euros.

- O pagamento de serviços à EDP, iniciou-se em Novembro, tendo sido cobrado por este circuito cerca de 3,4 milhões de euros.

Emissão automática de certidões de saldo pelos Clientes

Procurando obter ganhos de eficiência, com a consequente redução de custos operacionais e facilitar e agilizar, a emissão de certidões de saldos das contas bancárias, aos Clientes, foi analisada, proposta e desenvolvida a disponibilização externa da funcionalidade do *Homebanking* que permite aos organismos a emissão autónoma de certidões, processadas por computador. Esta opção entrou em produção em Janeiro de 2009.

Pagamentos Internacionais

- Divulgação, implementação e acompanhamento do novo circuito de pagamentos e recebimentos na ordem externa baseado numa única conta que reflecte apenas os valores a afectar às contas dos Clientes.
- Desde o início deste circuito, a 1 de Junho de 2008, até ao final do ano, foram registadas e concretizadas, de acordo com os procedimentos acordados, cerca de 3.000 ordens de pagamento de Clientes, cujo valor rondou os 127 milhões de euros. De igual modo, foram tratados recebimentos que ascenderam a 42 milhões de euros.
- Este circuito permitiu agilizar a concretização das ordens de pagamento (executadas em média em 48h após a sua recepção no IGCP) e o respectivo reflexo nas contas dos Clientes (efectuado na mesma data do débito à conta do IGCP, no *Citibank* ou *JPMorgan*).
- No final de 2008, e em função deste circuito, estavam reflectidos nas contas dos Clientes todos os movimentos da Tesouraria Externa e apurados e registados todos os encargos bancários e variações cambiais inerentes a estas operações.

Uniformização de Movimentação de Contas

Tendo em conta a necessidade de uniformizar e racionalizar os canais de processamento de pagamentos por parte dos organismos públicos, e dada a existência de serviços integrados que ordenavam pagamentos sobre contas agregadoras tituladas pelo IGCP, foram efectuados contactos juntos dos Clientes e da Direcção-Geral do Orçamento, no sentido de substituir esse circuito pela execução de pagamentos (de vencimentos, de ordens externas e de entregas ao Banco de Portugal), através de contas próprias de cada serviço, abertas no *Homebanking*. Esta alteração vai permitir aos serviços integrados a realização de uma gestão e controlo eficazes dos valores orçamentais que suportam a execução deste tipo de pagamentos.

Gestão de Acessos

Divulgação, implementação e acompanhamento junto dos organismos Clientes dos novos processos inerentes à gestão de acessos ao *Homebanking*. Os procedimentos do novo circuito introduziram níveis de segurança acrescidos na atribuição de acessos ao *Homebanking*.

Desmaterialização dos Meios de Pagamento

- Seguindo a linha orientadora do sistema bancário Europeu, observou-se que os mecanismos reguladores introduzidos, no sentido de dinamizar e privilegiar o uso das transferências bancárias, em detrimento da utilização do cheque, originaram uma redução de 35% do uso dos cheques por parte dos organismos Clientes, utilizadores do *Homebanking*.
- Em termos globais a movimentação de fundos através de cheques sofreu um aumento de 8%, de 2007 para 2008. A DGCI, pelo pagamento de reembolsos de IRS (balcão 0011), foi responsável por 79% do total dos cheques emitidos em 2008.

4.6 SISTEMAS DE COMPENSAÇÃO/OPERAÇÕES DE LIQUIDAÇÃO

No ano de 2008 o IGCP deu mais um passo significativo na adopção dos meios tecnológicos utilizados pela Banca para a prestação de serviços bancários de qualidade , com a adesão à rede de comunicações *SWIFT*, em Dezembro.

O *SWIFT* é um sistema com grandes potencialidades a explorar e desenvolver nos próximos anos, nomeadamente com a integração aos sistemas de *back-office*, permitindo a comunicação de forma segura com mais de 8.300 participantes ligados em todo o mundo.

No mês de Dezembro o volume de mensagens trocadas foi o seguinte:

Mensagens em 2008

	Nº
Input	467
Output	239

O IGCP efectuou ainda a adesão ao sistema SEPA como participante, na vertente de compensações a crédito, tendo sido recebidas 1.796 operações, num total de € 10.472.018,50

Foi também assegurada a preparação para a adesão do IGCP ao TARGET 2 como participante directo do sistema, na 2ª fase de migração da comunidade bancária nacional prevista para o início de 2009.

Continuou a assegurar-se a participação directa do IGCP no SICOI, nas compensações interbancárias de cheques, transferências electrónicas interbancárias, Multibanco e no sistema de pagamentos em tempo real: SPGT-TARGET 2 (1ª fase), atingindo as transacções os volumes e valores do quadro abaixo:

Sistemas de compensação 2007 e 2008

	2007		2008		Δ %
	€ 1.000	NºOperações	€ 1.000	NºOperações	
Multibanco recebidas	3.276.591	4.376.230	4.204.919	5.542.732	28,3
Trf. Via SPGT recebidas	127.872.114,51	30.204	164.152.707,40	30.460	28,4
Trf. Via SPGT emitidas	106.325.245,09	55.097	140.913.540,16	55.389	32,5
SPGT turnover global	233.697.359,60	85.299	305.066.250,06	858.850	30,5
Cheques recebidos	2.395,93	3.347	1.021,59	1.756	-57,4
Cheques pagos	1.055.678,65	1.377.185	1.060.114,12	1.490.376	0,4
Cheques receb. (média diária)	9,58	13	4,09	7	
Cheques pagos (média diária)	4.222,71	5.509	4.240,46	5.962	
Transferências recebidas	3.342.231,37	209.496	3.214.442,60	279.003	-3,8
Transferências pagas	16.421.092,55	11.834.119	17.644.747,67	11.791.323	7,5
Trf. recebidas (média diária)	13.106,79	822	12.605,66	1.094	
Trf. pagas (média diária)	64.396,44	46.408	69.195,09	46.240	
Turnover global	20.821.398,50	13.424.147	21.920.325,98	13.562.458	5,3
Turnover global (média diária)	81.735,53	52.752	86.045,29	53.303	

O IGCP assegurou ainda os pagamentos através do sistema *Pe-ach* como participante indirecto, para transferência de reduzido montante para o espaço euro, a baixo custo, tendo a movimentação através deste sistema atingido os níveis abaixo indicados:

Transferência *Pe-ach* 2007 e 2008

	2007		2008	
	Nº	Montante Total	Nº	Montante Total
Recebidas	2.364	8.215.166	1.982	6.264.099
Emitidas	10.753	59.499.281	13.598	78.141.408

Relativamente à Tesouraria Externa, o IGCP garantiu aos seus clientes a recepção e pagamento de cheques e transferências em divisas, conforme se sintetiza nos quadros seguintes:

Transferências internacionais e emissão de cheques internacionais

Moeda	Transferências emitidas			Cheques emitidos	
	Total moeda /1000	Total € 1000	Nº de pag.	Total moeda /1000	Nº de cheques
AUD	1.084,04	654,97	97	1,38	1
CAD	6.686,24	4.470,44	223	0,18	1
CHF	13.393,19	8.586,05	362	1,20	
DKK	12.602,47	1.500,11	105		
EUR	82.976,04	82.982,75	3.354	80.331,96	3.716
GBP	5.375,50	6.959,39	750	10,56	17
INR	57.234,79	947,58	108		
JPY	233.530,72	1.671,40	70		
NOK	5.443,91	629,83	82		
SAR	1.639,59	308,85	50		
SEK	18.031,07	1.881,67	86	5,08	1
TND	6.399,81	190,96	48		
USD	3.090.986,73	2.091.313,19	4.065	383,94	71
ZAR	3.456,15	292,75	34		
Total		2.202.389,96	9.434		3.807

Emissão de cheques internacionais em 2008²

€ 1.000	Nº cheques
80.613	3.808

No âmbito das actividades de *back-office* o IGCP assegurou ainda todas as operações relacionadas com a emissão e serviço da dívida, através dos sistemas de aplicação apropriados.

Neste quadro, o IGCP actuou directamente como entidade liquidadora junto das Centrais de Liquidação Nacionais – CVM (Central de Valores Mobiliários) e Banco de Portugal e da Central de Liquidação Internacional, *Euroclear*, assegurando a liquidação física e financeira das operações.

² Emissão de cheques internacionais – para clientes institucionais, sendo quase a sua totalidade a pedido da DGCI em reembolsos de IVA a não residentes

Prosseguiu – se o esforço de melhoria das previsões diárias da Tesouraria, procurando o equilíbrio entre as previsões de pagamento e de recebimento para um prazo não superior a dois dias, visando a gestão diária da liquidez, mediante o tratamento da informação obtida dos respectivos sistemas de apoio e da intensificação do contacto directo junto dos organismos com operações de montante mais significativo.

4.7 CONTABILIDADE DA DÍVIDA PÚBLICA

Durante o ano 2008 o IGCP prestou contas sobre as operações inerentes à gestão da dívida pública, ocorridas no ano 2007, através da elaboração da respectiva conta de gerência, garantindo o envio da mesma à DGO e ao Tribunal de Contas.

Neste âmbito, assegurou-se o apuramento dos valores a requisitar ao Orçamento de Estado no que respeita aos Encargos da Dívida Pública bem como do produto de empréstimos e dos impostos retidos e respectiva entrega.

Paralelamente, procedeu-se à contabilização e controlo dos movimentos inerentes à gestão da dívida pública.

Foi efectuado o acompanhamento das operações associadas à gestão da dívida pública, através do controlo dos seguintes circuitos:

- Pagamentos relativos à dívida de retalho: consolidados, rendas perpétuas e certificados de aforro;
- Evolução das contas de valores pertencentes a terceiros ou incertos;
- Fluxos financeiros realizados pelos CTT, no âmbito do protocolo estabelecido com o IGCP para a comercialização dos Certificados de Aforro, através do acompanhamento diário da respectiva conta corrente e do cálculo dos juros compensatórios devidos.

Com o objectivo de aumentar a qualidade da informação contabilística deu-se início à execução de algumas actividades na aplicação informática de suporte à contabilização da Dívida Pública (*GLM-General Ledger Module*), as quais permitiram encerrar mensalmente a contabilidade da dívida, situação que não ocorria até essa data.

Procedeu-se por outro lado, no ano em referência, à revisão de alguns mapas que integram a conta de gerência dos Encargos da Dívida Pública com o objectivo de automatizar, num futuro próximo, a sua elaboração.

4.8 CONTABILIDADE DA TESOURARIA

Competindo ao IGCP a prestação de contas representativas da actividade financeira da tesouraria como parte integrante da Conta Geral do Estado, na óptica da contabilidade da tesouraria, prosseguiu-se o esforço de melhoria contínua do processo contabilístico.

Neste âmbito, assegurou-se a consolidação dos circuitos automáticos com as caixas do Tesouro e a automatização do circuito de contabilização das receitas do Estado, garantindo-se a qualidade e a rapidez da disponibilização da informação no Sistema de Gestão de Receitas (SGR).

O grau de automatismo conseguido na Contabilidade da Tesouraria veio garantir maior fiabilidade e tempestividade da informação contabilística, possibilitando um melhor apuramento dos valores a incluir na Conta Geral do Estado.

Nos termos dos n.º 1 e 2 do artigo 42º do Decreto-Lei n.º 191/99, de 5 de Junho, que aprovou o Regime da Tesouraria do Estado procedeu-se à elaboração mensal das Tabelas de Entrada e Saída de Fundos na Tesouraria do Estado, bem como à anual juntamente com o Balanço de Tesouraria após o encerramento do exercício económico, nos prazos estabelecidos, as quais foram enviadas à Direcção-Geral do Orçamento e ao Tribunal de Contas.

Tendo em vista o apuramento dos valores para a CGE, assegurou-se ainda:

- A conciliação da despesa orçamental por Ministério;
- O controlo, com as entidades administradoras da receita (DGCI e DGAIEC), dos valores cobrados, reembolsados e abatidos.

Estes procedimentos implicaram a análise de cerca de 1040 contas.

4.9 CONTROLO DAS CAIXAS DO TESOURO

Nos termos do regime legal em vigor, foi efectuado o controlo das cobranças das caixas do Tesouro (Serviços de Finanças e Alfândegas), bem como das correspondentes entregas de fundos ao IGCP.

A estabilidade entretanto atingida na transmissão das cobranças e dos depósitos por parte das caixas do Tesouro permitiu que fosse efectuado um controlo atempado das contas das caixas procedendo-se trimestralmente, à emissão e envio dos correspondentes documentos de quitação, para a totalidade das caixas. Foram confirmados os valores das cobranças, dos depósitos bem como o saldo a depositar.

Em face do exposto, foram emitidos cerca de 2000 documentos de quitação, bem como 30 certidões de depósitos, relativamente às caixas da DGAIEC.

4.10 CERTIFICAÇÃO DAS CONTAS DE GERÊNCIA

Durante o ano em análise reduziu-se o prazo de certificação das contas de gerência não anuais, bem como das anuais, dando assim cumprimento aos prazos legais estipulados.

Foram certificados cerca de 1600 modelos de contas de gerência, incluindo todos os movimentos constantes dos mesmos. Relativamente ao mod. 11 a totalidade das cobranças encontra-se desagregada rubrica a rubrica tendo as mesmas sido confrontadas com os movimentos contabilizados no Sistema de Cobranças do Estado. O mesmo foi feito relativamente aos depósitos e às más cobranças.

4.11 CONTROLO DAS CONTAS DE OET

Fortaleceu-se o controlo dos movimentos das contas de Operações Específicas do Tesouro e o acompanhamento das contas bancárias.

Mensalmente foram extraídos do Sistema de Gestão de Contas – Módulo de Contabilidade, ficheiros com os saldos contrários à natureza das operações e informadas as Unidade de Estrutura responsáveis pelas contas, para regularização das situações detectadas.

Procedeu-se ainda, a acções de controlo exaustivas sobre contas de OET, que em certas situações em virtude do seu carácter transitório, deviam apresentar saldos nulos.

4.12 GESTÃO DO FRDP E FRV

O IGCP assegurou a gestão do Fundo de Regularização da Dívida Pública, tendo procedido à requisição de fundos ao Orçamento do Estado e às aplicações definidas na Lei.

Procedeu igualmente à gestão do Fundo de Renda Vitalícia, garantindo o cumprimento dos respectivos compromissos.

No âmbito da prestação de contas elaborou as contas de gerência dos fundos acima referidos, as quais foram remetidas à Direcção-Geral do Orçamento e ao Tribunal de Contas.

4.13 SISTEMA DE INFORMAÇÃO CONTABILÍSTICA

Geriu-se de forma adequada os capitulos 07 (Encargos da Dívida e FRDP), Capitulo 60 (Encargos de Cobrança), Capitulo 50 (PIDDAC) e Capitulo 70 relativos aos Recursos Próprios

Comunitários. Este último, a partir de 2009 passou a ser da responsabilidade da Direcção-Geral do Orçamento.

Controller Financeiro de projectos co-financiados

No ano em causa existiam 3 projectos co-financiados da responsabilidade do IGCP, no âmbito do POAP, POPH e QREN. Relativamente aos dois primeiros, cuja execução terminou em finais do ano foi necessário realizar todos os procedimentos exigidos pelos gestores dos programas visando a obtenção da maior percentagem da comparticipação financeira passível de obter dos mesmos.

4.14 EXPLORAÇÃO DE SISTEMAS E BASE DE DADOS

Identificam-se como actividades mais relevantes as seguintes:

- Instalação e configuração de uma nova versão do sistema *Finance Kit* (v. 6.5.10.3) e da Base de Dados *Sybase* (v. 12.5.4) de suporte ao mesmo. Esta instalação ocorreu no ambiente de produção, de teste e de *disaster recovery*.
- Efectuada a instalação e configuração da versão cliente, em todos os utilizadores do sistema.
- Instalação do *SWIFT*. Plataforma de comunicações, produtos e serviços que permite a troca de informação financeira de uma forma segura e confiável. A utilização desta plataforma, com a consequente automatização das transacções financeiras, possibilita a redução de custos e riscos operacionais das operações.

Para a tomada de decisão de utilização do sistema no IGCP foi efectuada a avaliação das soluções de utilização do sistema *Swift*, através de uma infra-estrutura técnica local e circuitos dedicados ou através de um parceiro (neste caso a SIBS) que fornece o serviço de *Swift Service Bureau*. Assim, foi elaborada informação para suporte à decisão.

Face à decisão do IGCP de utilização do sistema *Swift*, através do *Swift Service Bureau* da SIBS, foi desenvolvido em conjunto com essa entidade um projecto para a implementação da solução, envolvendo a instalação e configuração de uma nova infra-estrutura de comunicações e segurança com a SIBS e configuração dos acessos às diversas componentes do sistema.

- Instalação e configuração dos sistemas aplicativos e de base de dados dos ambientes de desenvolvimento e testes do Sistema de Débitos Directos (SDD). Ainda no âmbito do SSD, foi efectuada a instalação e configuração dos sistemas aplicativos e de base de dados dos ambientes de teste dos sistemas SGT e Homebanking que interagem com este sistema.

- No âmbito da adesão do IGCP ao Target 2 (fase 1), instalação da nova versão do SPGT/AT nos servidores de produção e de up.
- No âmbito do projecto de Disaster Recovery do IGCP foi definida a solução a implementar, na 1ª fase do projecto. Neste âmbito foram instalados e configurados os servidores que suportam os sistemas Finance Kit, Homebanking, Débitos Directos e File-server, que irão ser alojados externamente.
- Instalação e configuração dos servidores de teste, com a nova componente on-line do Sistema de Compensação do Tesouro – Teis (SCTT),
- Instalação e configuração de um servidor Source Safe para centralização de cópias de segurança dos repositórios de código fonte e outra informação para o desenvolvimento dos sistemas de informação SCE, SCTT, SCTC, Homebanking e SGT.
- Instalação de uma nova versão do sistema de gestão de correspondência. A solução de escritório electrónico OwNet apresentou melhorias das suas funcionalidades, permitindo a agilização dos processos de registo correspondência.
- Acompanhamento da instalação da nova central telefónica, sua parametrização e instalação de novas funcionalidades nos equipamentos terminais. Instalação de novos sistemas de gravação de chamadas e de controlo da taxação, sua parametrização e gestão.
- Implementação de uma solução segura de acesso via internet ao sistema de correio electrónico do IGCP, conforme arquitectura definida. Além da configuração de novos servidores que suportam este serviço, foi necessário efectuar alteração à configuração do sistema central de correio electrónico, assim como das plataformas de segurança.

4.15 CONCEPÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

Relativamente ao desenvolvimento dos sistemas de informação foram realizadas as seguintes actividades:

- O Sistema de Produtos de Aforro (SPA), aplicação que permite efectuar a gestão de produtos de aforro, foi adaptado, nas diversas componentes do sistema, de forma a permitir o lançamento de uma nova série de certificados de aforro. O AforroNet, serviço que o IGCP disponibiliza aos clientes particulares para subscrição de produtos de aforro, consulta de movimentos e de extractos de conta, também foi adaptado para permitir a realização de subscrições da nova série. Neste serviço foi ainda

disponibilizada uma nova funcionalidade que permite ao cliente, directamente, efectuar a alteração de morada.

- No Sistema de Gestão de Contas (SGT) foram efectuadas alterações resultantes da ligação do Rigore à Tesouraria do Estado, nomeadamente, foram definidos novos interfaces e circuitos.

Este sistema sofreu alterações resultantes de evoluções efectuadas no âmbito da SEPA, Target 2 e Débitos Directos. O módulo de contabilidade do sistema foi adaptado, de forma a ser efectuada a contabilização automática dos movimentos, resultantes das alterações referidas.

Desenvolveram-se novas funcionalidades e foram implementadas novas regras contabilísticas.

- No sistema *Homebanking* foram desenvolvidas novas funcionalidades relativas à gestão de utilizadores, saldos de contas e expurgo da informação.

Realizaram-se novos desenvolvimentos, nomeadamente, a adaptação da funcionalidade de Pagamento de Serviços, para as entidades EDP e CGA. Realização de testes, com as mesmas, e disponibilização em ambiente de produção.

Concluída a funcionalidade de Pagamentos de Ordem Externa, cujo objectivo é permitir efectuar transferências em euros, fora do espaço Euro e noutras moedas.

Este sistema, foi, também, sujeito a diversas alterações decorrentes de desenvolvimentos e alterações efectuadas noutros sistemas, nomeadamente, no âmbito da SEPA, Target 2 e Débitos Directos.

- O Sistema de Cobranças do Estado (SCE), durante o ano de 2008, teve três novas versões, resultantes de alterações na estrutura de dados, de melhorias na componente *on-line* e correcção de anomalias detectadas.
- No Sistema de Compensação do Tesouro de Transferência (SCTT) foi testada e enviada para instalação em produção a componente *on-line* do sistema.

Foi definido e desenvolvido um processo de expurgo e realizado o primeiro expurgo da informação do SCTT com a respectiva verificação de integridade dos dados, após a conclusão do processo.

- O desenvolvimento do sistema SEPT (SEPA - transferências a crédito) foi concluído, o que permitiu ao IGCP aderir ao projecto SEPA (Single Euro Payment Area/Área Única de Pagamentos em Euros), na componente de recepção de transferências a crédito. A adesão ao projecto SEPA implicou, também, a adaptação dos sistemas SGT (Sistema de Gestão de Contas) na vertente bancária e contabilística e do sistema

Homebanking. A adesão da comunidade bancária nacional ao sistema SEPA ocorreu em 28 de Janeiro de 2008,

De referir que face a alterações impostas pela EBA (*Euro Banking Association*), este sistema foi sujeito a alterações com entrada em funcionamento, para toda a comunidade aderente ao Sistema, em 8 de Dezembro de 2008. Encontram-se previstas novas alterações para Fevereiro de 2009, tendo o IGCP iniciado a sua adaptação nos seus sistemas.

Foi iniciado o procedimento para o desenvolvimento da 2ª fase do SEPT, ou seja, de dotar este sistema da capacidade de emissão de transferências.

- De forma a participar no TARGET2, sistema de liquidação em tempo-real a nível europeu, em euros, o IGCP iniciou os trabalhos de adaptação dos sistemas *Homebanking*, Sistema de Gestão de Contas e Tratamento de Grandes Transacções. A 1ª fase de integração dos bancos portugueses neste sistema ocorreu em 18 de Fevereiro de 2008.

Em Março de 2009, cessando a representação dos bancos nacionais pelo Banco de Portugal, cada um irá participar directamente no TARGET2. O SPGT será desactivado e os pagamentos de grande montante nacionais passarão a ser efectuados no TARGET2. Para essa migração, foram efectuadas, ainda em 2008, diversas actividades, nomeadamente, participação em reuniões interbancárias, adaptação dos diversos sistemas do IGCP, instalação da AT2 e realização de testes.

- Em Março de 2008, teve início o desenvolvimento do Sistema de Débito Directos (SDD), com a participação de uma empresa externa.

Foi feito o acompanhamento da análise, da responsabilidade da empresa externa, feito o esclarecimento de dúvidas, assim como a validação de toda a documentação entregue por essa empresa. Foram ainda efectuados, à SIBS, os pedidos de esclarecimento considerados necessários sobre o funcionamento deste sistema.

Ainda neste âmbito:

- ✓ Elaborou-se um protótipo de horário dos processamentos diários do SDD, HB e SGT.
- ✓ Elaboraram-se documentos de apoio ao desenvolvimento de novos *interfaces* e adaptação de alguns *interfaces* já existentes, tanto do *Homebanking*, como do SGT;
- ✓ Efectuaram-se os desenvolvimentos identificados no ponto anterior e os respectivos testes individuais;

- ✓ Realizaram-se, testes integrados, envolvendo os sistemas SDD, *Homebanking* e SGT. Estes testes tiveram o envolvimento de praticamente todos os colaboradores do desenvolvimento, e não ficaram concluídos em 2008.
- ✓ Foi, ainda, contactado o Banco de Portugal com o objectivo de formalizar a intenção de participação directa do IGCP no Sistema de Compensação de Débitos Directos e a SIBS para parametrização de ambiente para testes de conformidade.
- Foi iniciado o procedimento para aquisição do Sistema de Clientes, Contas, AforroNet e *Homebanking* (CAH) que permitirá ao IGCP a prestação de um melhor serviço bancário a mais entidades e, disponibilizar novos produtos de retalho aos clientes da Dívida Pública, através de diferentes canais.

Numa 1ª fase foi efectuada a preparação da candidatura ao programa QREN/SAMA, efectuando se o preenchimento de todos os formulários de suporte à candidatura. Posteriormente, foi efectuado o procedimento de selecção da empresa para adjudicação do projecto de elaboração do caderno de encargos e respectiva matriz de avaliação, de suporte à implementação do sistema CAH. Após a adjudicação, já com a participação empresa seleccionada, iniciou-se o processo de elaboração do caderno de encargos.

4.16 COMUNICAÇÕES, SEGURANÇA E INSTALAÇÕES

Relativamente às comunicações, segurança e instalações identificam-se como actividades mais relevantes as seguintes:

- No âmbito da adesão ao Swift Service Bureau da SIBS, foi efectuada a instalação e configuração da infra-estrutura de comunicações que permite o acesso ao sistema, nomeadamente, a componente automática de recuperação de falha dos circuitos de comunicações redundantes. Foi, igualmente, efectuada a instalação e configuração dos sistemas de *firewall* de acordo com os requisitos definidos, assim como todas as configurações de acesso às diversas componentes do sistema.
- No âmbito da adesão do IGCP ao Target 2 (fase2) foi efectuada a configuração dos acessos ao nível da infra-estrutura de comunicações e segurança, para acesso à AT2 (ambiente de testes), nova plataforma disponibilizada pela SIBS que irá substituir o anterior SPGT/AT.
- Instalação e configuração de uma nova infra-estrutura de comunicações para acesso ao Instituto de Informática do Ministério das Finanças, no âmbito do projecto *Rigore*.

- Instalação e configuração de uma nova infra-estrutura de comunicações para acesso à rede do Ministério das Finanças, envolvendo reconfiguração de *routers*, instalação de novas plataformas de segurança (*firewall*) e testes de conectividade.
- Configuração de uma nova plataforma de acesso ao sistema BpNet, do Banco de Portugal, disponibilizando-se um acesso mais rápido e a mais utilizadores.
- No âmbito do projecto de *Disater Recovery* do IGCP foi definida a arquitectura de comunicações e segurança que vai permitir o acesso ao Centro de Disaster Recovery.
- Na continuação da reformulação do pólo técnico do IGCP e de forma a aumentar a segurança do mesmo, foi instalado um sistema de extinção de incêndio integrado com o sistema de detecção já existente.
- Instalação, ligação à rede eléctrica e de comunicações de uma nova Unidade de Alimentação ininterrupta, que suporta, em caso de falha do sistema eléctrico geral, todos os utilizadores do IGCP.
- Efectuado o levantamento dos processos críticos do IGCP e dos planos de contingência existentes.
- As “Normas e Procedimentos de Segurança dos Sistemas de Informação” foram revistas e actualizadas, face às alterações tecnológicas implementadas, ao longo do ano.

4.17 ELABORAÇÃO DE PROCEDIMENTOS INTERNOS E AUDITORIA INTERNA

Prosseguiram-se no ano as acções que visam a elaboração e manutenção dos procedimentos internos. No quadro, procede-se à sua sistematização:

ACÇÃO	REFª.	ASSUNTO
Revisão	NI 305	Estrutura Orgânica do IGCP V 5.0
	NI 306	Delegação de Poderes de Assinatura e Anexo Lista de Assinaturas Autorizadas
	NI 310	Delegação de Poderes de Assinatura de Cheques para Liquidações no SDR
	NI 403	Horários de Trabalho e Faltas
	NI 406	Anexo - Tabela de subsídios e de complementos remunerativos
Elaboração	NP 101	Antecipação de Fundos Comunitários
Revisão	NP 202	Elaboração e Publicação Electrónica de Actos Normativos e Regulamentares
Elaboração	NP 203	Gestão de Correspondência e Respective Anexos
Revisão	NP 506	Gestão da <i>Intranet</i>
	NP 507	Acesso às instalações do IGCP na Av. da República e Anexo MU de Terminais Biométricos
Elaboração	NP 508	Gestão e Controlo do <i>AforroNet</i>
Revisão	NP 701	Movimentação de Recursos Financeiros via DGTF - Conta Funcionamento
	NP 702	Movimentação de Recursos Financeiros via DGTF - Dívida Pública e FRDP e Respectivo
	NP 805	Operações de Repo através de Janela
	NP 811	Certificados Especiais de Dívida de Curto Prazo - CEDIC
	NP 814	Operações Repo Financiamento
	NP 816	Implementação e Manutenção do <i>Benchmark</i>
Elaboração	NP 818	Operações de Aplicação dos Excedentes de Tesouraria
Revisão	MP SDR	Manual de Procedimentos do SDR
Elaboração	MP NEM	Manual de Procedimentos do NEM
	MP NCF	Manual de Procedimentos NCF/Controlo Interno
	MU	Terminais Biométricos
	MU	Manual de Assiduidade - Tempo Real 2000
	MU	Manual do Utilizador do <i>AforroNet</i>

Realizaram-se as seguintes acções de auditoria interna:

- SGA – Processo de Movimentação de Recursos Financeiros – Conta de Funcionamento
- SDR – Processos de Informação a Entidades Oficiais e de Imobilização de contas Aforro/Certificados de Aforro

4.18 ENQUADRAMENTO JURÍDICO

A actividade jurídica no ano de 2008 desenvolveu-se, essencialmente, em domínios directa ou indirectamente relacionados com as novas atribuições do IGCP em matéria de gestão da Tesouraria do Estado.

Assim:

1. Acompanharam-se vários procedimentos de aquisição de bens e serviços considerados necessários à prossecução das referidas atribuições, inserindo-se neste contexto a análise e explicitação das novas regras a serem seguidas nestes procedimentos em consequência do Código dos Contratos Públicos entrado em vigor no final de Julho de 2008;
2. Prosseguiu-se na análise do regime jurídico vigente da Tesouraria do Estado, concluindo-se a identificação dos aspectos de tal regime a serem revistos e ultimando-se parte do projecto legislativo de reforma de todo o acervo normativo em vigor (dando cumprimento ao despacho do Secretário de Estado do Tesouro e Finanças n.º 92/2008, de 31 de Janeiro);
3. Estudaram-se procedimentos vigentes em áreas abrangidas pela gestão da Tesouraria e concretizou-se a alteração dos mesmos (caso principal - o relativo às desistências de queixa por parte do Estado em processos de emissão de cheques sem provisão em que se transferiram para a DGCI funções há muito impropriamente cometidas à entidade responsável pela gestão da Tesouraria);
4. Concretizou-se a adesão do IGCP ao *Single European Payments Area (SEPA) - Credit Transfer Scheme*.

Paralelamente, manteve-se o habitual acompanhamento jurídico-contratual das emissões de dívida pública e das operações de derivados financeiros, bem como o acompanhamento dos processos judiciais pendentes (todos "vindos" de anos anteriores e ainda não findos).

Na sequência da Lei n.º 60-A/2008, de 20 de Outubro, assegurou-se o acompanhamento jurídico da intervenção do IGCP nos procedimentos de concessão de garantias extraordinárias do Estado ao sistema financeiro.

4.19 ARQUIVOS E DOCUMENTAÇÃO

Na sequência do processo iniciado em 2002, a microfilmagem incidiu na finalização de trabalhos iniciados em 2007, correspondente às seguintes séries:

- Talões de Subscrição de Certificados de Aforro – B;
- Talões de Resgate de Certificados de Aforro – B;
- Diários de Balcão.

A Direcção-Geral de Arquivos – DGArc, após efectuar o controlo de qualidade dos microfímes respeitantes às séries acima identificadas, autorizou o IGCP a destruir documentação em causa.

A série Ficha de Cliente e Conta Aforro (Modelo 701), durante o ano de 2008, foi microfilmada em grandes quantidades, pois a produção de documentos tem tido um aumento substancial, devendo-se esse aumento à obrigatoriedade dos aforristas em indicarem o NIB.

Deu-se início ao processo de elaboração do Plano de Classificação do Arquivo do IGCP.

Tendo em consideração a integração da Tesouraria no IGCP, a Direcção-Geral do Tesouro e Finanças, entregou a restante documentação de arquivo, respeitante às unidades que passaram a integrar a estrutura do IGCP.

4.20 COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO

Deu-se início ao processo de reformulação da Intranet, primeiro com a migração para *Sharepoint 2007* e posteriormente na adaptação dos *layouts*.

A nível da gestão da correspondência, entrou em produção uma nova versão, 5, do *OWNET*, o que implicou a migração de dados e a formação dos colaboradores.

Procedeu-se à normalização da utilização dos conteúdos através do Correio Electrónico.

Na sequência do encerramento da Série B e entrada em vigor da Série C dos Certificados de Aforro, a página da Internet foi alvo de adaptações e criação de novos conteúdos.

Tendo em consideração a responsabilidade que o IGCP tem na área da Gestão da Dívida Pública e da Tesouraria, foi editado o relatório anual de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública.

Foram igualmente editados o Plano de Actividades, o Relatório de Actividades e o Balanço Social do Instituto e o Relatório de Actividades do FRDP.

4.21 DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL

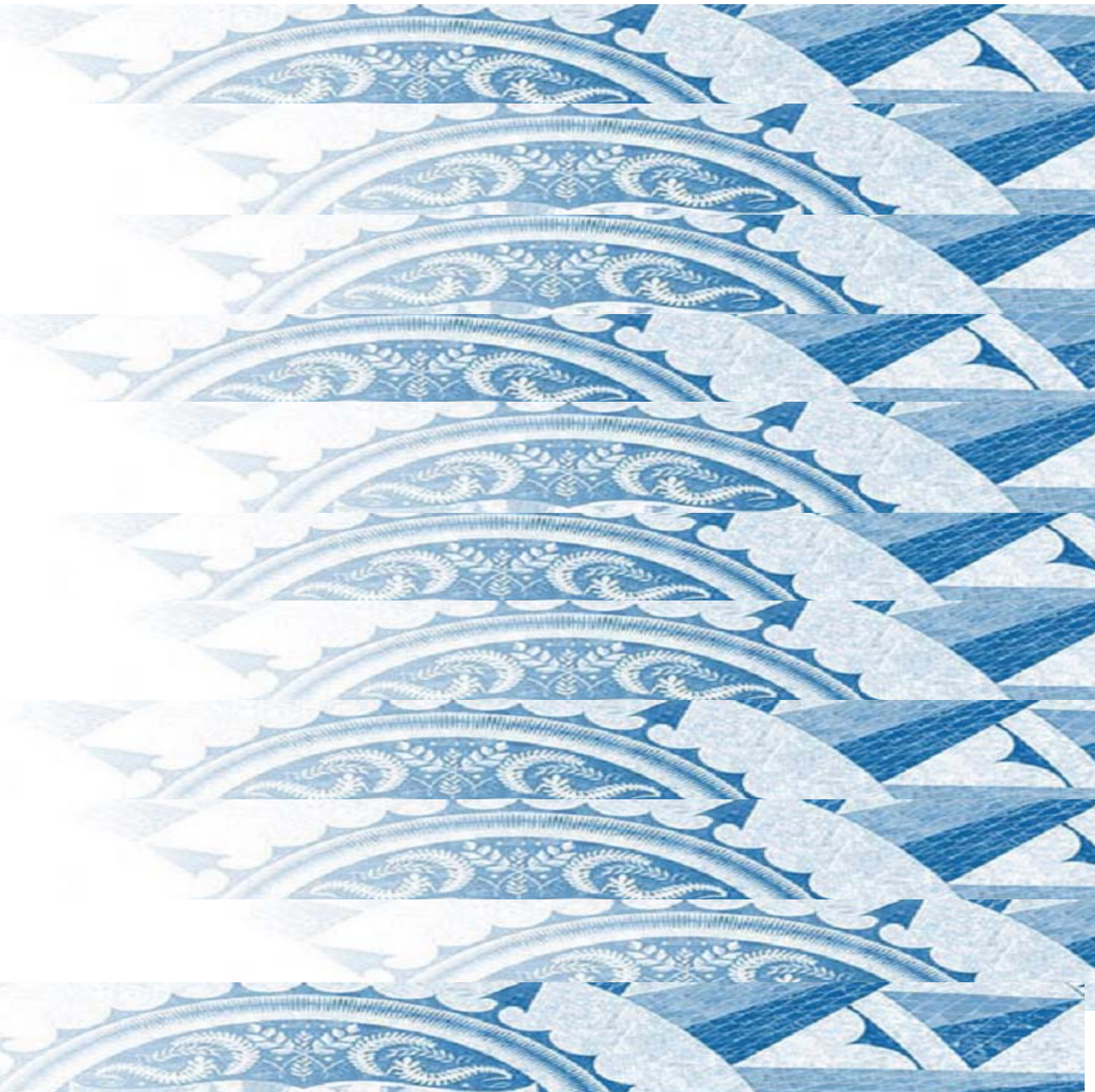
Ao longo dos meses de Setembro, Outubro, Novembro e Dezembro, decorreram no IGCP acções de formação respeitantes às vertentes comportamentais e organizacionais.

As acções visaram todos os Colaboradores do IGCP (Coordenadores, Técnicos, Administrativos e Auxiliares), incluindo o Conselho Directivo.

4.22 OUTRAS ACTIVIDADES

- Participação na definição dos detalhes dos processos e dos requisitos da ligação do RIGORE à Tesouraria do Estado.
- Elaboração do texto e apuramento de valores a incluir no Relatório do OE/2009, no que reporta à Tesouraria do Estado e à Dívida Pública Directa.
- Acção de Formação ao Tribunal de Contas sob o tema “A Tesouraria do Estado – Presente e Futuro”.
- Tratamento da informação sobre as contas bancárias dos Clientes, de acordo com os parâmetros definidos pelo Tribunal de Contas, no âmbito do reporte sobre o cumprimento da unidade da Tesouraria do Estado, a considerar no Parecer à Conta Geral do Estado de 2007 a emitir por esse Tribunal.

5. RECURSOS HUMANOS



Em 31 de Dezembro de 2008 o IGCP tinha ao seu serviço, excluindo os corpos sociais, 110 trabalhadores, mais 4 que no final de 2007.

Dos 52 funcionários provenientes da DGTF, em 2007, que celebraram com este Instituto "Acordos de Cedência Especial", permanecem no final de 2008, 48 funcionários com esse estatuto, tendo sido integrados durante o ano 3 no quadro do IGCP com contrato individual de trabalho, tendo 1 pedido a transferência para outro serviço do Estado.

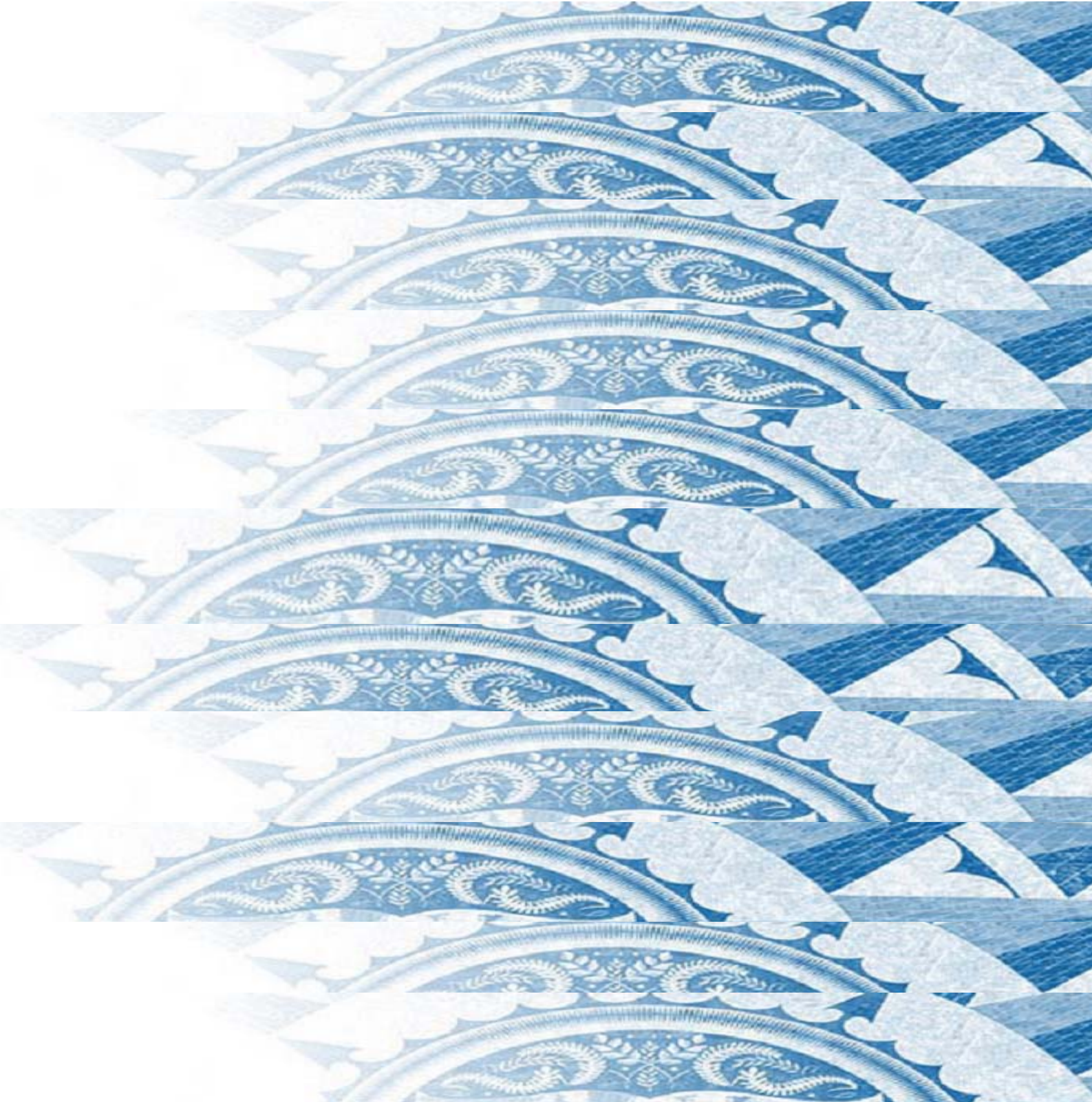
Para além do movimento referido no parágrafo anterior houve um reforço do quadro técnico do IGCP, com a saída de 2 técnicos e 1 administrativo do quadro, que pediram a rescisão, tendo em contrapartida entrado 7 técnicos e 1 administrativo.

O nível etário médio manteve-se nos 45 anos.

Mantendo a política de valorização dos recursos humanos preconizada nas Bases da política de pessoal do IGCP, houve em 2008 acções de formação profissional individualizadas num total de 27, tendo-se dado prioridade ao pessoal da informática e á formação de técnicos e coordenadores em congéneres no estrangeiro.

No decorrer do ano a empresa contratada para a prestação de serviços de segurança, higiene e saúde no trabalho procedeu a uma "auditoria", tendo concluído da conformidade das práticas com a legislação em vigor.

6. RECURSOS FINANCEIROS



Em 31 de Dezembro de 2008 o IGCP apresentava um imobilizado bruto corpóreo de 4.818 mil euros, registando-se um pequeno acréscimo relativamente aos 4.727 mil euros no final de 2007.

O imobilizado financeiro relativo á participação no capital da MTS Portugal SA, manteve-se em 93.749 euros.

Os custos registados em 2008, contabilizados na perspectiva POCP, ascenderam a 22.333 mil euros, respeitando 5.493 mil euros a encargos com pessoal e encargos sociais, 16.517 mil euros a fornecimentos e serviços adquiridos a terceiros e 323 mil euros a amortizações de imobilizado. Da rubrica de fornecimentos e serviços de terceiros destacam-se os encargos com a cobrança de receitas "DUCs" (11.888 mil euros), os custos relativos a serviços de informação de mercado (264 mil euros), ao arrendamento de instalações (437 mil euros), a assistência técnica e conservação de bens (290 mil euros) e comunicações (114 mil euros).

A receita contabilizada a título de venda de bens e serviços ascendeu a € 11.922.399,14. A comissão de gestão anual, fixada nos termos da alínea a) do número 1 do art.º 25.º do Decreto-Lei n.º 2/99 de 4 de Janeiro, foi de € 11.510.000, e € 412.399,14 resultaram de serviços cobrados a terceiros.

No PIDDAC, no corrente ano, verificaram-se receitas no valor de € 677.227,91 e despesas de € 460.033,97, tendo-se apurado um saldo de € 217.193,94 que foi entregue ao Tesouro.

As receitas e as despesas totais (incluindo PIDDAC) foram de € 24.136.406,49 e €22.124.086,14 respectivamente.

O saldo remanescente, referente ao orçamento de funcionamento e ao PIDDAC de 2.012.320,35 euros, foi entregue ao Tesouro.